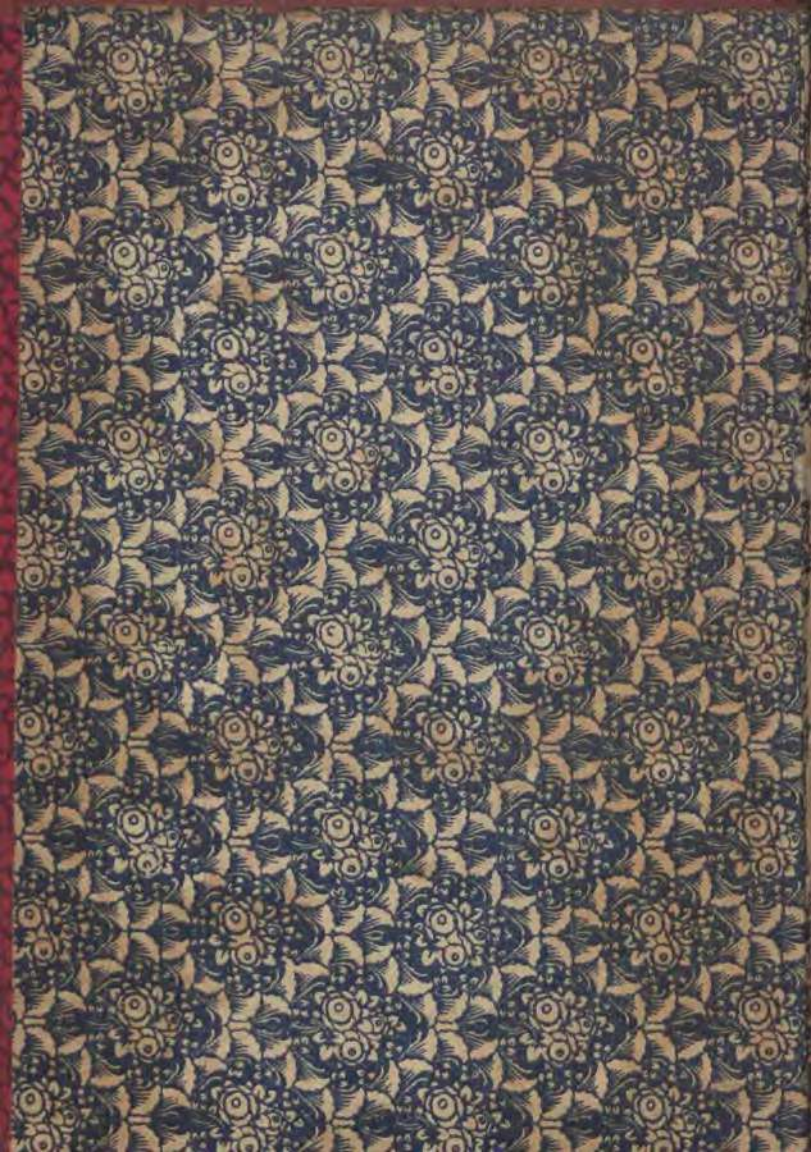

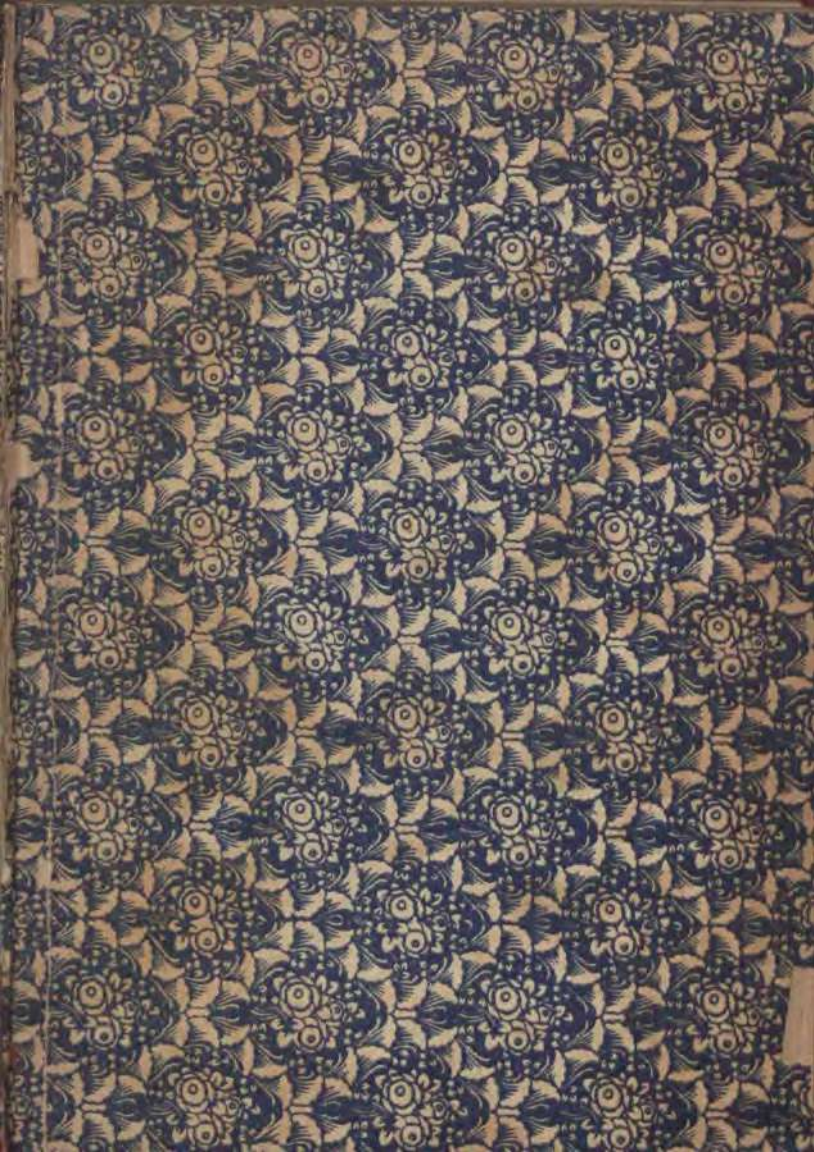

Faculdade de Direito do Recife

PROGRAMA DE ENSINO

DAS CADEIRAS DO

1. ANO

1. Cadeira — INTRODUÇÃO A CIÊNCIA DO DIREITO..... 3
Prof. J. J. Almeida

2. Cedeira — ECONOMIA POLITICA....19
Prof. Arnobio Graça

3. Cadeira — DIREITO ROMANO..... 25
Prof. Mario Neves Batista

4. Cadeira — TEORIA GERAL DO ESTADO..... 33
Prof. Murilo Barros Guimarães

1945

1.ª CADEIRA

INTRODUÇÃO À CIÊNCIA DO DIREITO

Prof. J. J. ALMEIDA

I

O CONHECIMENTO DO DIREITO

1 — Noções comum e técnica. Dificuldade no conceito.

2 — Noção científica do Direito.

3 — Objeto e método da ciência jurídica.

4 — Noção histórica e dogmática do Direito.

5 — O conhecimento filosófico do Direito.

II

IDÉIA GERAL DO DIREITO

6 — Etimologia e diversas accepções do vocábulo.

7 — Conceito uno e integral do Direito.

8 — Etiologia jurídica. Formação originária e derivada do Direito.

9 — Teleologia jurídica. A Justiça. A Ordem. A Segurança. O Bem-comum.

III

DIREITO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL

10 — O Direito como um fato social.

11 — O princípio de sociabilidade do Direito.

12 — Sociedade e Estado.

13 — Os grupos sociais.

14 — A supremacia do Estado.

IV

DIREITO E PODER

15 — Relações entre Direito e Poder.

16 — O Direito e o Estado. O Direito como vontade do Estado.

17 — O Direito e os demais meios de contrôle social.

18 — Moral e Direito. Distinção. Relações. Influência recíproca.

V

DIREITO OBJETIVO

19 — Conceito. Prioridade lógica e histórica.

20 — A norma jurídica. Caracteres intrínsecos.

21 — Obrigatoriedade das normas jurídicas.

VI

DIREITO POSITIVO

22 — Conceito.

23 — Divisão e subdivisões do direito positivo.

24 — O problema da divisão do direito positivo.

25 — A unidade do direito positivo.

VII

DIREITO NATURAL

26 — O Direito Natural estoico e cristão.

27 — A escola clássica do Direito Natural.

28 — O renascimento do Direito Natural.

29 — As novas concepções do Direito Natural e sua crítica.

30 — A função histórica do Direito Natural.

VIII

DIREITO SUBJETIVO

31 — Conceito romano do direito subjetivo.

32 — Teoria da vontade.

33 — Teoria do interêsse.

34 — Teorias ecléticas.

35 — Classificação dos direitos subjetivos.

36 — Elementos dos direitos subjetivos.

IX

SUJEITO DO DIREITO

37 — O sujeito do direito. Os direitos sem sujeito. A pessôa.

38 — A pessôa natural.

39 — A pessôa jurídica.

40 — Personalidade e capacidade.

X

OBJETO DO DIREITO

41 — O objeto do direito. As pessôas. As coisas. As Ações humanas.

42 — Classificação dos bens.

XI

RELAÇÃO JURÍDICA

43 — Conceito de relação jurídica.

44 — O fato jurídico.

45 — O ato jurídico. sua classificação.

46 — Defeitos e modalidades dos atos jurídicos

47 — O ato ilícito.

48 — A responsabilidade objetiva.

XII

COAÇÃO JURÍDICA

49 — A garantia das relações jurídicas. Sua execução.

XIII

FONTES DO DIREITO

50 — Conceito. Fontes formais e materiais.

51 — O problema das fontes do Direito na teo-

ria tradicional e nas mais modernas concepções doutrinárias.

XIV

LEI

52 — Importância da lei entre as fontes do Direito.

53 — Noção etimólogica da lei.

54 — Accepções do vocábulo. Lei natural e lei jurídica.

55 — Caracteres essenciais da lei. A obrigatoridade e a generalidade.

56 — O caráter social da lei através da história.

57 — A multiplicidade de leis e o desenvolvimento cultural da sociedade.

58 — O estilo das leis.

59 — A classificação das leis.

60 — Formas de sanção das leis.

XV

APLICAÇÃO DA LEI

61 — Início e fim da obrigatoriedade da lei. Revogação.

62 — Limites à obrigatoriedade das leis, quanto ao tempo.

63 — Limites à obrigatoriedade das leis, quanto ao espaço.

XVI

OUTRAS FORMAS DE "JUS SCRIPTUM"

64 — Os Decretos.

65 — O Decreto-Lei.

66 — O Regulamento e suas espécies.

67 — Os avisos. As portarias. As circulares.

68 — Os Tratados e convenções internacionais.

XVII

CODIFICAÇÃO

69 — Codificação das leis. Conceito objetivo das codificações antigas e modernas.

70 — Codificação, consolidação, compilação, coleção de leis.

71 — Importâcia das codificações. Sua influência na vida do Direito.

XVIII

COSTUME

72 — Hábito, uso social e costume jurídico.

73 — O costume no Direito Romano.

74 — O costume na escola histórica.

75 — O costume no direito moderno.

76 — Ação e reação do costume sobre a lei.

XIX

APLICAÇÃO DO COSTUME

77 — Força obrigatória do costume. Seus requisitos.

78 — Prova da existência dos costumes.

79 — O costume nos dicersos ramos do Direito.

XX

JURISPRUDENCIA

80 — Duplo conceito de jurisprudencia.

81 — A jurisprudencia no Direito Romano.

82 — A jurisprudencia no direito anglo-americano.

83 — A jurisprudencia no direito francês e em geral nos paises latino-americanos.

84 — A autoridade do precedente.

85 — A coisa julgada e a jurisprudência como fonte do Direito.

86 — As coleções de julgados.

XXI

DOUTRINA

87 — A doutrina como fonte do Direito.

88 — Sua influência no Direito Romano.

89 — Importância da doutrina como fonte no direito moderno.

90 — Os princípios gerais de Direito.

XXII

INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS JURÍDICAS

91 — Conceito e desenvolvimento histórico.

92 — Principais teorias.

93 — O sistema tradicional de interpretação. A escola de exegese.

94 — O sistema teleologico de interpretação.

95 — O sistema histórico-evolutivo. A escola do direito-livre.

96 — Compreensão atual do instituto da interpretação.

97 — A interpretação quanto à origem, aos seus elementos e aos seus efeitos.

98 — A integração das normas jurídicas. A analogia.

99 — Regras de interpretação. Valor dos brocardos.

XXIII

TÉCNICA JURÍDICA

100 — O Direito como ciência e como arte.

101 — A técnica jurídica.

102 — Os processos técnicos. O formalsmo e o conceitualismo.

103 — As presunções e as ficções.

XXIV

JUSTIÇA

104 — O conceito de Justiça.

105 — A idéia de Justiça em Platão.

106 — O conceito aristotélico de Justiça.

107 — A Justiça pelo Poder e a Justiça pelo Direito.

XXV

EQUIDADE

108 — Sua compreensão no direito grego.

109 — No direito romano.

110 — No direito anglo-americano.

111 — No direito brasileiro.

XXVI

EVOLUÇÃO JURÍDICA

112 — A evolução jurídica. Suas leis e seus fatores.

113 — Fatores políticos.

114 — Fatores psicológicos.

115 — Fatores econômicos.

116 — Fatores nacionais.

117 — O determinismo cultural.

118 — O Direito como instrumento da evolução cultural.

119 — A evolução nas principais instituições jurídicas.

XXVII

PROGRESSO JURÍDICO

120 — A universalização e a socialização do Direito.

121 — A variabilidade do Direito. O progresso e a continuidade jurídica.

122 — As guerras, as revoluções e a tradição na vida do Direito.

XXVIII

DIREÇÕES FILOSÓFICES NA EVOLUÇÃO JURÍDICA

123 — O idealismo jurídico.

124 — O positivismo na ciência do direito.

125 — O positivismo analítico.

126 — O positivismo sociológico.

127 — O positivismo jurídico.

128 — O pragamatismo jurídico.

129 — O movimento realista na ciência jurídica anglo-americana.

XXIX

HISTORIA DO DIREITO

130 — A História do Direito. Seu objeto. Sua divisão. Sua utilidade e função.

131 — O Direito, da mais alta antiguidade até o direito grego.

132 — O Direito em Roma. Influência do Direito Romano no dos outros povos. Sua projeção no direito atual.

133 — O direito germânico.

134 — O direito canônico.

135 — O direito inglês.

136 — A Revolução Francesa e as legislações que se seguiram.

137 — O direito português.

XXX

DIREITO BRASILEIRO

138 — O direito brasileiro, do descobrimento ao Império.

139 — O direito brasileiro do Império.

140 — O direito brasileiro da República. Novas directrises do direito brasileiro.

2.ª CADEIRA

ECONOMIA POLÍTICA

Prof. ARNOBIO GRAÇA
(interino)

PRIMEIRA PARTE

A CIÊNCIA ECONÔMICA

1 — A Economia Política: nomes, definição, objeto e divisão. Leis econômicas: caracteres e espécies. A riqueza e a utilidade.

2 — O bem econômico e as necessidades humanas. Problemas econômicos: divisão e fundamentos. Interêsse pessoal e contingências econômicas.

3 — Metodologia da Economia Política. Evolução das formas econômicas nas sociedades humanas.

4 — Produção: conceito. Fontes. Produção agrícola e produção industrial. Rendimento não proporcional.

5 — Regimes históricos do trabalho. Organização do trabalho.

6 — Organização social do trabalho: fundamentos. Organização científica do trabalho: pricípios, métodos e sistemas.

7 — Divisão do trabalho: evolução histórica, concepções e efeitos. Coordenação e Padronização.

8 — O problema das máquinas: evolução e fundamentos. Técnica: conceito e divisão.

9 — O capital: formação histórica. Gênese do capital: classificação e produtividade. Capitalização.

10 — Empresa: origem, definição e divisão. Organização da empresa. Concentração: espécies, condições e limites. Indústria no domicílio.

11 — Estado e produção. Intervenção do Estado. O problema dos monopólios. Organização das empresas do Estado. Crises e livre-concurrencia.

12 — Propriedade: formas históricas. A grande e a pequena propriedade. Teorias sôbre o direito de propriedade.

13 — Renda e suas teorias. Lucro e juro: conceitos, teorias e fundamentos. O empreendedor e o capitalista.

14 — Salários: conceito e divisão. Teorias do salário. Legislação social. Contrato de trabalho.

15 — A associação: seu desenvolvimento. Associações econômicas. Trade-Unions. Sindicatos.

16 — Seguros sociais.

17 — Valor. Preço. Troca.

18 — Moeda: evolução, funções, valor e leis monetárias. Moeda metálica: história. modalidades e propriedades. moeda-de-papel: analise de suas espécies. Sistemas monetários.

19 — Inflação e deflação. Sucedâneos da moeda: letra de câmbio, bilhetes de banco e à ordem. Cheque. Câmaras de compensação.

20 — Crédito. Bancos. Crédito público. Títulos de créditos.

21 — Comércio: seu desenvolvimento. Mercados, feiras e bolsas. Comércio internacional. Balança de comércio e balanço de contas. Câmbio.

22 — Política comercial. Proteção. Livre-câmbio. Tratados de comércio.

23 — Consumo. Poupança. População. Emigração e colonização. Imposto: conceito, regras, justiça, classificação e multiplicidade dos impostos.

24 — Mercantilismo. Fisiocratismo. Escolas históricas. Solidarismo.

25 — Cooperativismo: desenvolvimento e espécies. Cooperativismo de crédito e de consumo. Corporativismo. Cristianismo social. Escolas matemáticas.

26 — Capitalismo. Socialismo. Bolchevismo e anarquismo.

SEGUNDA PARTE

ECONOMIA NACIONAL

(Introdução ao estudo da História Econômica do Brasil)

27 — Evolução econômica do Brasil: análise geral de seus ciclos históricos.

28 — Ciclos do açúcar, do gado, da mineração e do café. Os surtos industriais dos fins do século XIX e do século XX.

29 — Trabalho: regimes históricos. Salarios.

30 — O problema das máquinas: seu desenvolvimento. O capital nacional e sua formação.

31 — A propriedade privada no Brasil: suas diversas modalidades.

32 — Direito social brasileiro. Contrato de trabalho. Organização dos sindicatos em nosso país.

36 — Seguros sociais: história e aplicação á economia nacional.

37 — Comércio: evolução. Moeda: formas e seu desenvolvimento na vida econômica do Brasil.

38 — Crédito e Bancos no Brasil. Cooperativismo.

39 — Os problemas econômicos do Brasil atual.

3.ª CADEIRA

DIREITO ROMANO

Prof. MARIO BATISTA
(interino)

1 — O direito romano. Generalidades. Importância e método do estudo. — Fases e fatores da evolução do direito romano.

2 — Das fontes do direito romano.

3 — A ciência jurídica dos romanos.

4 — Legislação justinianea.

5 — O direito romano depois de Justiniano, no Oriente e no Ocidente.

6 — Idéias fundamentais sôbre o direito. Divisões do direito. Terminologia dos romanos.

7 — Da personalidade em direito. Elementos — Das pessoas físicas, seus requisitos. — A capacidade de agir.

8 — Extinção da personalidade. *Capitis deminutio*

9 — Das pessoas jurídicas.

10 — Das cousas e suas divisões. — O patrimonio.

11 — Fatos jurídicos em geral. — Atos jurídicos, conceito, espécies, elementos e requisitos.

12 — Modalidades dos atos jurídicos.

13 — Defeitos dos atos jurídicos.

14 — Invalidade dos atos jurídicos.

15 — Representação nos atos jurídicos.

16 — Noção da família romana e das relações de parentesco.

17 — Do matrimônio. Espécies de casamento em Roma. Instituições afins. Os *sponsalia*

18 — Requisitos e efeitos do casamento. Direitos e deveres dos cônjuges. Dissolução do matrimônio.

19 — Do dóte e suas espécies. Modos de constituição. Direito dos cônjuges sôbre os bens dotais. Da restituição do dóte. Da *donatio propter nuptias*. Dos bens parafernais.

20 — Da *patria potestas*. Poderes do pai quanto à pessoa e aos bens dos filhos. Da aquisição e extinção do pátrio poder.

21 — Da filiação legítima e ilegítima.

22 — Da legitimação.

23 — Da adoção.

24 — Da tutela e suas espécies. Da capacidade para ser tutor e suas excusas.

25 — Da administração da tutela: — *negotiorum gestio* e *auctoritatis interpositio*. Poderes e responsabilidade dos tutores. Da

pluralidade dos tutores. Extinção da tutela.

26 — Noção e espécies da curatela. Poderes e responsabilidade dos curadores. Começo e fim da curatela.

27 — Dos direitos reais. Conceito e espécies.

28 — A posse no direito romano, sua natureza e elementos. As diferentes espécies de posse. Da posse de direito e de estado. Da composse.

29 — Da aquisição, conservação e perda da posse. Dos efeitos da posse. Direitos e deveres dos possuidores de boa e de má fé.

30 — Proteção possessória.

31 — Noção do direito de propriedade. História da propriedade romana.

32 — Limitação do direito de propriedade. — Da defesa do domínio.

33 — Comunhão e condomínio.

34 — Da aquisição originária e derivada da propriedade.

35 — Ocupação, thesaurus, accessio, especificação e confusão.

36 — Da tradição.

37 — Noção e história da prescrição aquisitiva. Requisitos do usucapião. Seus efeitos

38 — Noção do Direito de emfiteuse, seu objeto e sua duração. Direitos e deveres do emfiteuta e do proprietario. Modos de constituição, transmissão e extinção do direito de emfiteuse.

39 — O direito de superficie.

40 — Noção e requisitos das servidões. As várias espécies de servidões.

41 — Direitos e deveres dos proprietários dos prédios dominante e serviente. Da indivisibilidade e da inalienabilidade das servidões. Tutela do direito de servidão.

42 — Noção e espécies do usufruto. Do objeto do usufruto. Quasi-usufruto. Direitos e deveres do usufrutuário. Da constituição, duração e extinção do usufruto.

43 — Do uso, da habitação e do trabalho de escravos e animais.

44 — Dos direitos reais de garantia. Conceito e evolução histórica. A *fiducia*, o *pignus* e a *hipoteca*

45 — O penhor e a hipoteca. Essencia, requisitos e objeto.

46 — Constituição do direito de penhor e de hipoteca. Direitos do credor pignoratício e hipotecário. Ações hipotecárias e pignoratícias. Extinção do penhor e da hipoteca.

47 — Conceito e desenvolvimento histórico da obrigação. Elementos da obrigação.

48 — As espécies de obrigações.

49 — Das fontes das obrigações em geral.

50 — Do contrato — noção, espécies e elementos.

51 — A doutrina do quasi contrato. Noção e espécies.

52 — Dos atos ilícitos. Dolo e culpa. Reparação do dano.

53 — Transmissão das obrigações.

54 — Extinção das obrigações.

55 — Da sucessão hereditária. Evolução histórica do direito hereditário romano.

56 — Da sucessão lagítima, no antigo e no novo direito romano. Dos herdeiros necessários. Das colações.

57 — Da sucessão testamentária. O testamento e suas espécies. Da capacidade para testar. Da abertura, prova e execução dos testamentos. Da invalidade e da revogação. Dos codicilos.

58 — Da instituição de herdeiro. Das substituições.

59 — Da aquisição de herança. Aceitação e recusa da *hereditas* e da *bonorum possessio* Da *separatio bonorum* e do benefício de inventário.

60 — Noção e história dos legados e fideicomissos. Suas condições. Da aquisição, invalidez e revogação dos legados.

61 — Ligeiras noções sôbre o processo e organização judiciária dos romanos.

62 — Das ações e suas divisões.

4.ª CADEIRA

TEORIA GERAL DO ESTADO

Prof. MURILO GUIMARÃES
(interino)

1 — Considerações gerais sôbre a disciplina em estudo. Suas relações com as demais ciências.

2 — Objeto e método da Teoria Geral do Estado.

3 — Da ordem jurídica. Direito natural e direito positivo.

4 — A política e sua natureza científica

5 — Direito público e direito privado. Fundamentos da distinção e crítica.

6 — Os diversos ramos do direito público.

7 — Origem da sociedade. Socialismo e individualismo.

8 — Problema da origem do Estado.

9 — Conceito do Estado.

10 — O Estado e a Nação.

11 — Principais tipos históricos de Estado.

12 — Personalidade jurídica do Estado.

13 — Justificação do Estado.

14 — Elementos constitutivos do Estado — Elemento material: o território.

15 — Elemento pessoal: o povo.

16 — Elemento político: o poder.

17 — O problema da autoridade.

18 — Da soberania.

19 — Relações entre o Estado e o Direito.

20 — O problema da subordinação do Estado e o Direito.

21 — O poder, a ordem e a liberdade.

22 — O Estado e o individuo.

23 — O Estado e a familia.

24 — O Estado e as associações.

25 — Formação, desenvolvimento e fim do Estado.

26 — Funções e órgãos do Estado.

27 — As diversas formas de Estado. Uniões de Estado.

28 — Estados Federais e Confederação de Estados.

29 — O Estado no plano internacional.

30 — O facismo.

31 — O nacional socialismo.

32 — O bolchevismo.

33 — O sindicalismo.

34 — A democracia.

35 — O Estado corporativo.

36 — Fórmas de govêrno.

37 — A separação de poderes.

38 — Constituição e seus diversos tipos.

39 — Evolução histórica da organização política do Brasil.

40 — A Constituição de 10 de Novembro de 1937.

Faculdade de Direito do Recife

PROGRAMA DE ENSINO

DAS CADEIRAS DO

2. ANO

1. Cadeira — DIREITO CIVIL.....3
Prof. Andrade de Bezerra

2. Cadeira — DIREITO PENAL.....9
Prof. Barreto Campelo

3. Cadeira — DIREITO CONSTITUCIONAL.....19
Prof. Samuel Mac Dowell Filho

4. Cadeira — CIÊNCIA DAS FINANÇAS.....25
Prof. LUIZ GUEDES

1945

1.ª CADEIRA

DIREITO CIVIL

Prof. ANDRADE BEZERRA

(Parte geral e parte geral das obrigações)

1 — Do direito civil e sua posição no quadro geral do direito. Unidade e pluralidade do direito privado. Classificação do direito civil.

2 — Das fontes do direito civil. O costume, a lei e a jurisprudência. O código civil.

3 — Da lei e suas espécies. Elaboração da lei. Prazo de obrigatoriedade. Revogação.

4 — Dos limites da lei no tempo. Retroatividade da lei.

5 — Da interpretação, aplicação e integração das normas jurídicas.

6 — Dos limites da lei no espaço. Princípios de direito internacional privado no código civil.

7 — Do conceito e natureza do direito privado no sentido objetivo. Objeto, conteúdo e extensão da eficácia do direito privado.

8 — Do sujeito do direito. Conceito e espécies das pessôas. Pessôas físicas ou naturais. Início da personalidade. Comorientes.

9 — Das pessôas jurídicas. Teorias a respeito.

10 — Da classificação das pessôas jurídicas. Sociedades ou associações civis, sua constituição, personalidade, capacidade, administração e extinção.

11 — Das fundações, sua constituição, personalidade, capacidade, administração e extinção. Registro civil e domicílio das pessôas jurídicas.

12 — Do objeto do direito em geral e das cousas em particular. Conceito de cousa. Divisões das cousas juridicamente importantes.

13 — Do bem de familia.

14 — Do nascimento, perda e modificação dos direitos.

15 — Dos fatos jurídicos em geral. Atos jurídicos, seus elementos, divisões e requisitos.

16 — Dos defeitos dos atos jurídicos: êrro, dólo, coação, simulação e fraude de credores.

17 — Da modalidade nos atos jurídicos: condição,termo e encargo. Teoria da pressuposição.

18 — Da forma dos atos jurídicos e sua prova

19 — Da nulidade e anulabilidade dos atos jurídicos. Ratificação e conversão.

20 — Dos atos ilicitos. Dólo e culpa.

21 — Da influência do tempo no nascimento, perda e modificação dos direitos. Pres-

crição, seu conceito, espécies, fundamento, alegação, renuncia e efeitos.

22 — Da suspensão da prescrição, sua natureza, causas e efeitos.

23 — Da interrupção da prescrição, sua natureza, causas e efeitos.

24 — Dos prazos da prescrição.

25 — Do exercício, concorrencia e colisão dos direitos. Violação e proteção dos direitos.

26 — Do conceito romano e moderno da obrigação. Elementos da obrigação.

27 — Das causas geradoras das obrigações. Declaração unilateral da vontade.

28 — Das obrigações civis e naturais.

29 — Das obrigações conjuntas, genéricas, alternativas e facultativas.

30 — Das obrigações positivas de dar.

31 — Das obrigações positivas de fazer e negativas de não fazer.

32 — Das obrigações divisíveis e indivisíveis.

33 — Das obrigações solidárias. Teorias a respeito. Solidariedade ativa e passiva. Causas e efeitos da solidariedade.

34 — Das obrigações puras, condicionais e a termo. Obrigações principais e acessórias, líquidas e ilíquidas.

35 — Das obrigações com cláusula penal.

36 — Dos modos de extinção das obrigações. Pagamento. Pessôas que podem pagar e receber. Objeto, logar, tempo e prova do pagamento.

37 — Da móra, suas espécies, requisitos, efeitos e cessação.

38 — Do pagamento indevido e do pagamento por consignação.

39 — Do pagamento com subrogação, espécies e efeitos.

40 — Da imputação do pagamento. Dação em pagamento.

41 — Da história e conceito da novação. Suas espécies, requisitos e efeitos.

42 — Da história e conceito da compensação. Suas espécies, requisitos e efeitos.

43 — Da transação, seus requisitos e efeitos. Compromisso.

44 — Da confusão e da remissão de dívidas.

45 — Da inexecução das obrigações. Perdas e danos.

46 — Da cessão de crédito, sua história, requisitos e efeitos.

A materia será explicada em mais de sessenta lições.

ANDRADE BEZERRA
Prof. Catedrático

2.ª CADEIRA

DIREITO PENAL

Prof. BARRETO CAMPELLO

(PARTE GERAL)

1 — O crime e a pena em sociologia e na história. Exposição e crítica das teorias sobre a legitimidade e extensão do direito de punir. Crimes naturais e legais.

2 — Teoria sobre a gênese da criminalidade.

3 — Paralelismo entre as condições sociais, o nivel e a fórma da criminalidade. Sociometria criminal. Aplicação do cálculo de probabilidades à previsão dos índices

criminais. Suposta lei de saturação criminal de Ferri.

4 — Substitutivos penais.

5 — Aspectos da criminalidade no Brasil. Rixa, embriaguês, porte de armas, indisciplina. Vingança de honra e de sangue. Fanáticos e cangaceiros.

6 — O Direito Penal como ciência autônoma. Subordinação, por contingência da lei penal ao paradigma político; suas conexões com outras disciplinas jurídicas, especialmente com o direito internacional e o administrativo. Ciências criminais: antropologia, sociologia, medicina legal, psicologia judiciária e penologia. Política criminal.

7 — Da chamada escola clássica e seus principais expoentes. Conceito do crime e da pena de acôrdo com a escola dita clássica. Neo-clássicos e técnicos-juristas.

8 — Escola positiva: Lombroso, Ferri e Garófalo. Concepções dessa escola sobre o crime, o criminoso, a pena e os fatores do crime. Criminoso nato. Estigmas de criminalidade.

9 — Da terceira escola, suas afinidades e divergências com a escola italiana. Escola sociológica ou francêsa. União Internacional do Direito Penal.

10 — A periculosidade pré e post-delitual. Prioridade da legislação brasileira em adotar medidas de segurança contra o estado perigoso predelitual.

11 — Classificação de criminosos.

12 — Divisão dos fatos puniveis quanto ao elemento intencional. Outras divisões. Crimes de ação pública e privada. Crimes políticos, próprios e comuns. Crimes instantaneos, continuados, permanentes formais e materiais.

13 — História da legislação penal brasileira. Ordenações. Código Criminal de 1830. Código Penal de 1890. Leis esparsas. Consolidação das Leis Penais. Projeto Sá Pereira e suas modificações. Projeto Alcântara Machado. Código Penal de 1940.

14 — Interpretação da lei penal. Exercícios práticos.

15 — A lei penal no tempo. Anterioridade e retroatividade da lei penal.

16 — A lei penal no espaço. Territorialidade, extraterritorialidade e ultraterritorialidade.

17 — Da responsabilidade criminal. Configuração legal do crime e seus elementos essenciais. Sujeito ativo e passivo, objeto do crime. Crime consumado.

18 — Dólo, culpa e preterintencionalidade. Voluntariedade ou automatismo das contravenções . O Código Penal de 1940 e as contravenções.

19 — Co-autoria. A cumplicidade e sua posição no Código Penal de 1940.

20 — Da tentativa. Tentativa punivel e impunivel, desistência e arrependimento. Crime impedido, falho, impossivel ou impraticavel.

21 — Causalidade. Teoria das concausas: concausas anteriores, simultâneas e supervenientes.

22 — Generalidades sobre dirimentes e justifi-

cativas. Possibilidade de coincidirem dirimentes e justificativas no mesmo caso. Efeitos da prática de ação incriminada na reparação civil do dano, ocorrendo dirimente em favor do agente.

23 — Alienados e retardados mentais. Desenvolvimento mental incompleto. Crítica ao art. 22 do Código Penal.

24 — Menores delinquentes. Doutrinas e legislação.

25 — Selvagens. Legislação anterior. O Código Penal de 1940 e os selvícolas.

26 — Estado de necessidade. Vicissitudes do instituto através da história e da legislação. Direito vigente.

27 — O perigo como base das justificativas ou discriminantes. Semelhanças e características diferenciais da situação de fato que legalisa a ação prevista como crime, quando praticada em estado de necessidade. Legítima defesa, obediência a superior hierárquico e sob coação irresistivel.

28 — Legítima defesa própria, alheia, real, putativa e recíproca.

29 — Coação irresistivel. Obediência hierárquica.

30 — Estrito cumprimento de dever legal e exercício regular de direito.

31 — Erro de direito e de fato, erro acerca da pessôa do ofendido; seus respectivos efeitos sobre a responsabilidade criminal do autor e do terceiro culpado do erro.

32 — Agravantes gerais e qualificativas; majorantes.

33 — Aula prática sobre o ponto anterior.

34 — Reincidência. Reincidência genérica e específica.

35 — Atenuantes e minorantes em geral.

36 — Estudo particular da menoridade, da velhice e da confissão espontanea de crime cuja autoria seja ignorada ou imputada a outrem.

37 — Concurso de agravantes e atenuantes.

Fixação da pena nesta hipótese.

38 — Aula prática sobre o ponto anterior.

39 — Concurso de crimes.

40 — Exercícios práticos sobre o ponto anterior.

41 — Exposição e crítica das penas na história da legislação penal e no direito vigente.

42 — Penas principais, acessórias, complementares e paralelas.

43 — Crítica histórica da pena de prisão. Sucedâneos da prisão.

44 — Notícias dos sistemas penitenciários. Patronatos de liberados.

45 — Condenação condicional ou suspensão condicional da pena. Variantes do instituto em legislação comparada. Paradigma brasileiro.

46 — Livramento condicional.

47 — Reclusão e detenção.

48 — Multa e perda de função pública, interdição de direito e publicação da sentença condenatória.

49 — Efeitos da condenação, especialmente o resarcimento do dano.

50 — Ação penal, pública, privada e mixta. Decadência do direito de queixa e representação. Renúncia à queixa.

51 — Extinção da ação penal e da condenação pelo perdão do ofendido ou prática de ato incompativel com a punição do agente. Justiça de el rei D. Pedro Crú.

52 — Prescrição da ação penal e da condenação. Momento inicial e prazos da prescrição. Causas que impedem e interrompem a prescrição.

53 — Anistia e graça.

54 — Rehabilitação do condenado.

55 — Generalidades, história e legislação comparada acerca das medidas de segurança.

56 — Posição das medidas de segurança no Código Penal de 1940.

57 — Requisitos necessários à imposição das medidas de segurança, e fórma de sua execução.

58 — Aplicação provisória, inobservância, substituição e revogação das medidas de segurança.

59 — Medidas de segurança patrimoniais.

60 — Medidas de segurança detentivas: manicomio, casa de custódia e tratamento, colônia agrícola, instituto de trabalho, reeducação ou de ensino profissional.

61 — Outras medidas de segurança: liberdade vigiada, proibição de frequência a determinados lugares, exilio local.

3.ª CADEIRA

DIREITO CONSTITUCIONAL

Prof. SAMUEL MAC DOWELL FILHO

1 — Objeto do Direito Constitucional. Conceito de Constituição. Tipos de Constituição.

2 — Evolução histórica do conceito de Constituição. Regimen constitucional e Estado de Direito. Ditadura e Constituição.

3 — Origem das Constituições. Poder Constituinte. Constituição e Revolução.

4 — Técnica constitucional. Realidade social

e Constituição. Hermeneutica constitucional.

5 — Método do Direito Constitucional. Relação entre o Direito Constitucional e o Direito Internacional. Direito Constitucional e outras ciências ou disciplinas afins.

6 — Antecedentes do regimen constitucional no Brasil. Constituição de 25 de Março de 1824. Ato Adicional e outras leis constitucionais do Imperio.

7 — Transição da Monarquia para a República. Constituição de 24 de Fevereiro de 1891. Revisão de 7 de Setembro de 1926.

8 — Revolução de Outubro de 1930. Decreto Institucional do Governo Provisório, de 11 de Novembro de 1930. Código dos Interventores.

9 — Código Eleitoral. Constituição de 16 de Julho de 1934. Suas emendas.

10 — Constituição de 10 de novembro de 1937. Seu ambiente histórico. Suas fontes e espirito.

11 — O interregno constitucional. Orgãos e instituições constitucionais suspensos. Orgãos e instituições de ordem constitucional peculiares a este período.

12 — Organização nacional e federação. Regimen das relações entre a União e os Estados-membros. A Constituição Federal e a organização dos Estados membros, do Distrito Federal e dos Territórios.

13 — Autonomia municipal. Discriminação da competencia entre a União, os Estados-membros e os Municípios. Intervenção.

14 — Essência do sistema representativo. A função eleitoral e seus orgãos na Constituição Brasileira. O plebiscito.

15 — Relação entre os orgãos do Poder. A doutrina da separação dos poderes e a Constituição Brasileira. Presidencialismo e conceito do orgão Supremo.

16 — A função legislativa e seus orgãos. O Parlamento Nacional e o Conselho da Economia Nacional. A lei e sua substancia, o regulamento, o decreto lei.

17 — Processo da elaboração legislativa em geral. O véto. A elaboração orçamentária.

18 — A função executiva. O Presidente da República. Os Ministros de Estado.

19 — Orgãos de cooperação nas atividades governamentais. Autarquias administrativas. Natureza e limites de jurisdição administrativa.

20 — A função pública administrativa. O estatuto dos funcionários públicos. As forças armadas.

21 — A função judiciária e seus orgãos. Justiça comum e Justiças especiais. Garantias dos magistrados e das suas decisões.

22 — Organização e competência do Supremo Tribunal Federal. Organização e competência da Justiça dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e da Justiça Militar. O problema do Juri.

23 — A questão da unidade da Justiça em face da Constituição vigente. Recurso extraordinário. Natureza e limites da fisca-

lização ou controle judicial de legalidade e constitucionalidade.

24 — O individuo na Constituição. Nacionalidade brasileira, sua aquisição e perda. Cidadania e direitos políticos, sua aquisição, suspensão e perda.

25 — Os direitos do homem. Diferença entre os direitos individuais e as suas garantias. A tricotomia constitucional: liberdade, segurança pessoal, propriedade.

26 — Direitos especificados e direitos decorrentes. Restrições expressas no exercício dos direitos individuais e Poder de Polícia. A pena de morte.

27 — Ordem moral e espiritual. A família. A educação e a cultura.

28 — Ordem econômica. Atividade privada e intervenção do Estado. Nacionalização, estadização das atividades econômicas.

29 — Princípios assecuratórios do fomento e da justa retribuição da atividade econômica e do trabalho. Noção da economia popular e sua defesa. A imigração.

30 — Organização sindical e corporativa dos agentes da produção. A corporação considerada como orgão do Poder Público. Regimen corporativo e socialismo.

31 — Legislação do Trabalho. Assistência Social: proteção atual e previdência. Justiça do trabalho.

32 — Segurança Nacional. Defesa interna e externa do Estado. Estado de emergencia e Estado de Guerra.

33 — Posição constitucional do Estado brasileiro em relação á Igreja. Posição constitucional do Estado brasileiro em relação aos demais Estados americanos. Alteração constitucional.

4ª. CADEIRA

CIÊNCIA DAS FINANÇAS

Prof. LUIZ GUEDES

Introdução:

1 — A ação econômica do Estado. As necessidades coletivas. A atividade financeira, caracteres e limites.

2 — Ciência das Finanças, seu conceito. As leis financeiras. Metodologia aplicada ao estudo dos fatos financeiros.

3 — Fenômeno financeiro, sua natureza. Teorias econômicas e doutrinas socio-políticas na sua interpretação.

4 — Ciência das Finanças e Economia Política. Relação com as demais ciências sociais. Direito Financeiro. Política Financeira. Direito Tributário.

5 — Desenvolvimento histórico da Ciência das Finanças. Literatura antiga e medieval sôbre institutos da Finança Pública. Literatura estrangeira contemporânea.

6 — Literatura brasileira em matéria econômico-financeira. Movimento científico no século XIX. Problemas e orientações contemporâneas.

PARTE 1.ª

Despesa pública:

7 — Despesa pública, seu conceito e limites. Despesa pública e despesa privada.

8 — Despesa pública, sua classificação. Despesas ordinárias e extraordinárias. Despesas federais, estaduais e municipais.

9 — A progressão das despesas públicas Tendências e teorias. Fatores do aumento. Aumento nominal e aumento real. A compressão das despesas públicas.

10 — Principais categorias de formas concretas de despesas públicas. Despesas constitucionais, da dívida pública, da defesa da justiça e da educação e instrução.

11 — Despesas com o funcionalismo público, com o desenvolvimento da produção e despesas relativas aos serviços de assistência.

PARTE 2.ª

Receita pública:

12 — Receita pública, seu conceito. Evolução das receitas do Estado. Classificação. Receitas ordinárias e extraordinárias.

13 — As receitas ordinárias de direito privado. Domínio do Estado. Domínio privado do Estado. Domínio da União e dos Estados na Federação. A propriedade territorial do Estado e sua exploração. As florestas. As minas.

14 — Receitas do domínio industrial e comercial. As ferrovias. Correios e telégrafos. Imprensa nacional. Loteria.

15 — Empresas comerciais do Estado. Monopólios fiscais. Bancos do Estado.

16 — As receitas ordinárias de direito público: as taxas, as contribuições especiais, os impostos. Natureza e elementos da taxa. Quantitativo das taxas.

17 — As taxas, sua classificação. Sistema de taxas. As pricipais taxas cobradas no Estado moderno. Processo de cobrança.

18 — Contribuições especiais. Conceito e fundamento.

19 — Os impostos. Terminologia fiscal. Natureza e elementos dos impostos. Função e fundamento do imposto.

20 — Princípios técnicos e jurídicos dos impostos. Canones de tributação. Justiça no imposto. Generalidade e universalidade do imposto. O princípio de igualdade. Isenção fiscal.

21 — Postulados econômicos-financeiros do imposto. Suficiência e elasticidade na imposição.

22 — Princípios administrativos do imposto.

Certeza, comodidade e economia no imposto. Fontes do imposto. Lançamento, liquidação e arrecadação dos impostos.

23 — A bi-tributação. Dupla tributação internacional.

24 — Classificação dos impostos. Imposto direto e indireto. Imposto real e pessoal. Imposto proporcional e progressivo.

25 — Evolução do imposto. A transformação dos sistemas fiscais.

26 — O problema dum sistema racional de impostos. Imposto único e sistema de múltiplos impostos. Sistemas reais, pessoais e mixtos. Impostos nos Estados unitários e nas formas federativas.

27 — Efeitos dos impostos. Efeitos psicológicos, morais e políticos.

28 — Efeitos econômicos e financeiros. Incidência e translação do imposto. A amortização ou capitalização do imposto.

29 — Evasão do imposto. A fraude fiscal. Medidas preventivas contra evasão ilegal.

30 — Pressão fiscal, seu conceito.

31 — Interpretação e aplicação das normas jurídicas impositivas.

32 — A penalidade fiscal.

PARTE 3.ª

Sistema Tributário Brasileiro:

33 — O sistema tributário brasileiro, sua evolução. Imposição do Brasil dos tempos coloniais e do Império.

34 — Regimen tributário da República. A distribuição dos impostos no regimen da Constituição de 24 de Fevereiro de 1891 e no da de 16 de Julho de 1934.

35 — Organização atual do quadro tributário brasileiro. Impostos da União, dos Estados e dos Municípios. Falhas do nosso sistema impositivo.

36 — Direitos aduaneiros: imposto de exportação e de importação.

37 — Da renda, seu conceito. Renda tributável. Imposto de renda e caracteres. Sis-

temas de imposto de renda.

38 — Imposto de renda no Brasil.

39 — Imposto de consumo. Justiça e elasticidade no imposto de consumo. Imposto de consumo sôbre objetos considerados de luxo.

40 — Imposto de consumo no Brasil. Arrecadação e fiscalisação. Penalidades e recursos.

41 — Imposto de sêlo, seu fundamento. O imposto do sêlo no Brasil: arrecadação, fiscalização, isenções, multas e recursos.

42 — Imposto sôbre a propriedade territorial. Bases e processos de fixação de seu assento. Imposto territorial no Brasil. A lei Pernambucana. O imposto predial. Imposto predial no Recife.

43 — Imposto de transmissão de propriedade inter-vivos.

44 — Imposto de sucessão, sua evolução. A transmissão de propriedade causa-mortis e sua tributação pelos Estados na Fede-

ração. Imposto de sucessões em Pernambuco.

45 — Imposto de indústria e profissões.

46 — Imposto sôbre vendas e consignações.

PARTE 4.ª

Receitas extraordinárias — Crédito público:

47 — Do crédito público. Natureza e princípios.

48 — Dívida pública, noção e finalidade. Principais espécies de dívidas públicas. Dívida flutuante e dívida consolidada.

49 — Empréstimos. Empréstimos externos e internos. Empréstimos forçados, voluntários e patrióticos; perpétuos e amortizaveis. Negociação de empréstimos.

50 — Administração das dívidas do Estado sob o ponto de vista da técnica financeira. Amortização, conversão e consolidação da dívida pública. A bancarrota e a concordata.

51 — Dívida pública brasileira. Os serviços da dívida pública. Dívida da União, dos

Estados e dos Municípios.

52 — Finança de guerra. Dívida de guerra, sua significação. Impostos e empréstimos em tempo de guerra. A emissão de papel moeda para financiamento de guerra.

53 — Impostos sôbre lucros extraordinários e imposto de emergência sôbre o capital.

PARTE 5ª.

Administração financeira — Orçamnto: .

54 — Noção de orçamento. Importância jurídica, política e financeira do orçamento.

55 — Direito orçamentário; sua evolução na Inglaterra, Estados Unidos, França e no Brasil.

56 — Preparação do orçamento. Poder encarregado do preparo. Regras de organização orçamentária.

57 — Preparação do orçamento. Métodos de avaliação das despesas e sistemas de estimação das receitas.

58 — Equilíbrio orçamentário. Saldos e déficits. Meios para assugurar o equilíbrio orçamentário efetivo. Requisitos dum bom orçamento.

59 — Votação do orçamento. Os poderes do Congresso. Restrições à iniciativa parlamentar em matéria de gastos. Duração do orçamento. Contas de exercício e de gestão. Conteúdo do orçamento.

60 — Execução do orçamento. Registro de tabelas explicativas. Distribuição dos créditos.

61 — Execução do orçamento. Estágios da despesa: empenho, liquidação e pagamento.

62 — Inexistência de verba. Insuficiência das verbas votadas. A abertura de créditos especiais. Os créditos extraordinários.

63 — O controle dos gastos públicos. As contas e sua publicidade e fiscalização. Fiscalização administrativa e legislativa.

64 — O Tribunal de Contas e sua ação fiscalizadora da administração financeira.

65 — O patrimônio público e sua guarda. Inventário dos bens nacionais. O tesouro nacional em função da administração financeira do país.

66 — As finanças dos Estados e Municípios, no Brasil. O problema de coordenação das Finanças na Federação.

67 — Política financeira e política monetária nacionais. Exposição crítica da situação das finanças brasileiras. Finanças nacionais no regimem monárquico. Finanças do regimem republicano. O inflacionismo continuado.

68 — Legislação financeira no Brasil. O Código de Contabilidade pública e sua reforma. A Codificação financeira para os Estados e Municípios. O Código Tributário de Pernambuco.

Faculdade de Direito do Recife

PROGRAMA DE ENSINO

DAS CADEIRAS DO

3. ANO

1. Cadeira — DIREITO CIVIL.....3
Prof. Soriano Neto

2. Cadeira — DIREITO PENAL.....7
Prof. Anibal Bruno

3. Cadeira — DIREITO COMERCIAL.....15
Prof. Abgar Soriano

4. Cadeira — DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO.....31
Prof. Mario Pessôa

1945

1.ª CADEIRA
DIREITO CIVIL
Prof. SORIANO NETO

(PARTE ESPECIAL DAS OBRIGAÇÕES)

1 — Dos contratos e suas divisões.

2 — Dos requisitos dos contratos.

3 — Da formação dos contratos. Contratos entre presentes e entre ausentes. Contratos entre as próprias partes e mediante representação.

4 — Dos efeitos e da interpretação dos contratos.

5 — Das estipulações em favor de terceiros.

6 — Das arras, dos vícios redibitorios e da evicção.

7 — Da compra e venda e da troca.

8 — Das clausulas especiais á compra e venda: retrovenda, venda a contento, preempção ou preferencia, pacto de melhor comprador, pacto comissorio. Da reserva de dominio.

9 — Da doação.

10 — Da locação de cousas. Da locação de predios.

11 — Da locação de serviços.

12 — Da empreitada.

13 — Do emprestimo: comodato e mutuo.

14 — Do depósito voluntário e do necessário.

15 — Do mandato.

16 — Da gestão de negócios.

17 — Da edição e da representação dramática

18 — Da sociedade.

19 — Da parceria rural e da constituição de rendas.

20 — Do contrato de seguro em geral.

21 — Do seguro mutuo e do seguro de vida. Do jogo e da aposta.

22 — Da fiança.

23 — Dos titulos ao portador.

24 — Da promessa de recompensa.

25 — Das obrigações por atos ilícitos e sua liquidadção.

26 — Do concurso de credores.

O presente programa será explicado em mais de 60 lições.

2ª. CADEIRA

DIREITO PENAL

Prof. ANIBAL BRUNO

1 — Classificação dos crimes. Critério adotado no Código Penal Brasileiro

2 — Crimes contra a pessoa. Crimes contra a vida. Homicídio.

3 — Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio

4 — Infanticídio.

5 — Aborto.

6 — Lesões corporais.

7 — Periclitação da vida e da saúde. Perigo de contágio venéreo. Perigo para a vida ou saúde de outrem.

8 — Abandono de incapaz. Exposição ou abandono de recem-nascido. Omissão de socorro. Maus tratos.

9 — Rixa.

10 — Crimes contra a honra.

11 — Crimes contra a liberdade individual. Crimes contra a liberdade pessoal.

12 — Crimes contra a inviolabilidade do domicílio.

13 — Crimes contra a inviolabilidade de correspondência.

14 — Crimes contra a inviolabilidade dos segredos.

15 — Crimes contra o patrimônio. Furto.

16 — Roubo.

17 — Extorsão.

18 — Usurpação.

19 — Dano.

20 — Apropriação indébita.

21 — Estelionato e outras fraudes.

22 — Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a propriedade intelectual.

23 — Crimes contra privilégio de invenção.

24 — Crimes contra as marcas de indústria e comércio.

25 — Crimes de concorrência desleal.

26 — Crimes contra a organização do trabalho.

27 — Crimes contra o sentimento religioso.

28 — Crimes contra o respeito aos mortos.

29 — Crimes contra os costumes. Crimes contra a liberdade sexual. Estupro e atentado violento ao pudor.

30 — Posse sexual mediante fraude e atenta-

do ao pudor mediante fraude.

31 — Sedução e corrupção de menores.

32 — Rapto.

33 — Lenocínio e tráfico de mulheres.

34 — Ultraje público ao pudor.

35 — Crimes contra a família. Crimes contra o casamento. Bigamia. Induzimento a êrro essencial e ocultação de impedimento. Conhecimento prévio de impedimento. Simulação de autoridade para celebração de casamento. Simulação de casamento.

36 — Adultério.

37 — Crimes contra o estado de filiação.

38 — Crimes contra a assistência familiar.

39 — Crimes contra o pátrio poder, tutela ou curatela.

40 — Crimes contra a incolumidade pública. Crimes de perigo comum.

41 — Crimes contra a segurança dos meios de comunicação e transporte e outros serviços públicos.

42 — Crimes contra a saúde pública.

43 — Crimes contra a paz pública.

44 — Crimes contra a fé pública. Moeda falsa.

45 — Falsidade de títulos e outros papeis públicos.

46 — Falsidade documental e outras falsidades.

47 — Crimes contra a administração pública. Crimes praticados por funcionários públicos contra a administração em geral. Peculato.

48 — Concussão. Excesso de exação.

49 — Corrupção passiva. Facilitação de contrabando ou descaminho.

50 — Prevaricação e outros crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral.

51 — Crimes praticados por particular contra a administração em geral. Usurpação de função pública. Resistência. Desobediência. Desacato.

52 — Exploração de prestigio. Corrupção ativa. Contrabando ou descaminho. Impedimento, perturbação ou fraude de concorrência. Inutilização de edital ou de sinal. Subtração ou inutilização de livro ou documento.

53 — Crimes contra a administração da justiça. Denunciação caluniosa. Comunicação falsa de crime ou de contravenção. Auto-acusação falsa. Falso testemunho ou falsa perícia.

54 — Coação no curso do processo. Exercício arbitrário das próprias razões. Fraude processual. Favorecimento. Exercício arbitrário ou abuso de poder. Fuga de preso. Evasão mediante violência contra a pessôa. Arrebatamento de preso. Motim de preso.

55 — Patrocínio infiel. Patrocínio simultâneo ou tergiversação. Sonegação de papel ou objeto de valor probatório. Outros

crimes contra a administração da justiça.

56 — Crimes de imprensa.

57 — Crimes contra a existência, a segurança e a integridade do Estado.

58 — Crimes contra a economia popular.

59 — Contravenções em espécie.

3.ª CADEIRA

DIREITO COMERCIAL

Prof. ABGAR SORIANO

PRIMEIRA PARTE

Parte Geral

I

1 — Comércio: — noção econômica e noção jurídica. Evolvimento histórico, consoante os elementos de composição, — troca, moéda e crédito. Divisões do comércio.

II

2 — Direito comercial: — conceito. Formação histórica.

3 — Ramificação do direito comercial e respectivas subdivisões.

4 — O problema da unificação do Direito Privado.

5 — Das fontes do direito comercial. Das primárias, ou diretas, e das subsidiárias, ou indiretas. O problema da prevalência das leis civís sôbre os usos e costumes: — tendência da doutrina e distinções a fazer. Das fontes complementares.

III

6 — Dos atos de comércio: — conceito. Sistemas legislativos: — o enumerativo e o conceituativo.

7 — Divisão dos atos de comércio e respectivas classificações. O princípio da integridade dos atos de comércio.

SEGUNDA PARTE

Pessôas

IV

8 — Comerciante: — qualificação e capacidade.

9 — Dos menores comerciantes: — requisitos indispensáveis. Irrevogabilidade da autorização. Irresponsabilidade do autorizante.

10 — Das mulheres casadas: — requisitos legais para a habilitação. A questão da idade e a emancipação pelo casamento. Insupribilidade e revogabilidade da autorização marital. Caso de autorização presumida, ou tácita. Casos em que a mulher independe da autorização marital. Comércio em próprio nome. Efeitos patrimoniais da atividade mercantil da mulher casada: — influência do regime matrimonial.

11 — Dos proíbidos de comerciar.

V

12 — Da matrícula dos comerciantes e prerrogativas dêstes.

VI

13 — Do nome comercial: — Firma e denominação. Composição, modificação e extinção da firma. Tutela legal.

VII

14 — Da escrituração e contabilidade: — livros obrigatórios e facultativos. Das formalidades extrínsecas e intrínsecas.

15 — Sanções legais à falta e à irregularidade de escrituração dos livros.

16 — Fôrça probante dos livros mercantís.

17 — Do sigilo da escrituração: — inviolabilidade. O aspecto fiscal do problema.

18 — Da exibição judicial dos livros: — espécies e distinções. Da recusa de apresentação e suas consequências.

VIII

19 — Dos agentes do comércio e sua classificação.

20 — Dos mediadores comerciais: — corretôres e leiloeiros. Noção e natureza jurídica dos respectivos contratos.

IX

21 — Das sociedades mercantís: — fórmas ou tipos de sociedade.

22 — Critérios de classificação: — quanto à fórma, à responsabilidade dos sócios, às qualidades pessoais dêstes, e ao capital.

23 — Do arquivamento do contrato e do registro da firma social. Prova de existência da sociedade. Das sociedades irregulares e das de fato.

24 — Da personalidade jurídica da sociedade: — nome, nacionalidade, domicílio, patrimônio, capacidade contratual e representação judicial.

X

25 — Da sociedade em nome coletivo: — conceito e caraterístico fundamental.

26 — Da administração social: — gerência simples e coletiva. Atos de gerência e suas consequências jurídicas.

27 — Direitos e deveres dos sócios entre si, em face à sociedade e a terceiros.

XI

28 — Da sociedade em comandita simples: — noção e caraterísticos fundamentais.

29 — Dos sócios comanditados: — princípios governativos da situação dêstes.

30 — Dos comanditários: — regime especial, a que se acham submetidos. Casos em que se modifica o gráu de responsabilidade dos comanditários.

XII

31 — Da sociedade de capital e indústria: — conceito e caraterístico fundamental. Posição jurídica dos sócios. Da administração social e regras aplicáveis.

XIII

32 — Da sociedade em conta de participação: — noções gerais. As duas classes de sócios e suas responsabilidades.

33 — Consequências da feição secreta ou oculta da sociedade. Posição dos sócios entre si e em face a terceiros.

XIV

34 — Da sociedade por quotas e responsabilidade limitada: — noção geral e caracteres específicos.

35 — Do capital social. Das quotas indivisas. Das quotas primitivas e das adquiridas: — fundamento da distinção. Das quotas liberadas.

36 — Da administração da sociedade. Das relações dos sócios entre si e em face a terceiros. Princípios subsidiários.

XV

37 — Da sociedade anônima: — idéas gerais.

38 — Da constituição da sociedade anônima: — modos e fórmas.

39 — Do capital social. Das ações e suas espécies.

40 — Dos órgãos da sociedade anônima: — assembléia geral, administradores e fiscais.

XVI

41 — Da sociedade em comandita por ações: — idéas gerais e caracteres específicos.

42 — Fórmas e elementos de constituição.

43 — Do capital social.

44 — Dos órgãos sociais.

XVII

45 — Da sociedade cooperativa: — noção e característicos essenciais.

46 — Espécies da sociedade, modos e constituição.

47 — Do capital social e sua formação.

48 — Da administração social.

49 — Da admissão e exclusão dos sócios.

XVIII

50 — Do sindicato: — noção geral. Idéas gerais sôbre a constituição e funcionamento da sociedade.

XIX

51 — Da fusão e da transformação das sociedades.

52 — Da dissolução e da liquidação das sociedades.

XX

TERCEIRA PARTE

Contratos

53 — Dos contratos mercantís: — idéas gerais e caracteres específicos.

54 — Dos contratos entre ausentes: — teorias sôbre o momento de formação do vínculo obrigacional.

55 — Da vontade unilateral como fonte geradôra de obrigações: — teorias a respeito.

56 — Dos meios de prova dos contratos: — observações gerais.

XXI

57 — Do mandato: — conceito e natureza jurídica. Fórma e consequências legais. Direitos e deveres.

XXII

58 — Da comissão: — conceito e natureza ju-

rídica. Fórmas e consequências legais. Direitos e deveres.

59 — Da comissão *del credere:* — normas especiais.

XXIII

60 — Da sociedade: — noção, requisitos e caracteres jurídicos. Dos elementos básicos e dos específicos do contrato.

XXIV

61 — Da compra e venda: — noção, natureza jurídica e elementos do contrato. Direitos e obrigações dos contratantes.

62 — Modalidades do contrato. Do *pactum reservati dominii:* — definição, elementos, natureza jurídica e efeitos.

XXV

63 — Da locação. noção, caracteres e modalidades. Direitos e obrigações dos contratantes.

XXVI

64 — Do mútuo: noção e caracteres. Direitos e obrigações.

XXVII

65 — Dos contratos de garantia: — noção e espécies.

66 — Do penhor: — noção, elementos e natureza jurídica. Direitos e obrigações. Da caução de títulos.

67 — Da fiança: — noção, elementos de natureza jurídica. Direitos e obrigações. Das cartas de crédito e abono.

XXVIII

68 — Do contrato de contas correntes: — noção, elementos e natureza jurídica. Direitos e obrigações.

XXIX

69 — Da abertura de crédito: — noção, elementos e natureza jurídica. Direitos e obrigações.

XXX

70 — Do depósito: — noção, espécies, elementos e natureza jurídica.

71 — Do depósito de dinheiro em Bancos: — modalidades e apreciações gerais.

72 — Do depósito em armazens gerais: — noção dêsses estabelecimentos. Funções e vantagens.

XXXI

73 — Dos contratos de bôlsa: — noção e espécies.

74 — Dos contratos a termo: — noção, elementos e natureza jurídica.

75 — Do reporte: — noção, elementos e natureza jurídica.

76 — Dos contratos diferenciais: — noção, elementos e natureza jurídica.

77 — Da liquidação das operações de bôlsa: — normas gerais.

XXXII

78 — Do seguro: — conceito, elementos, fórma e natureza jurídica.

79 — Espécies de seguros: — distinções.

80 — Seguro contra danos às coisas e contra acidentes no trabalho: — peculiaridades.

XXXIII

81 — Do transporte: — noção, elementos e natureza jurídica.

82 — Do transporte ferro-viário de pessôas: — idéas gerais.

83 — Do transporte ferro-viário de mercadorias: — idéas gerais.

XXXIV

84 — Da subministração de serviços públicos: — noção, elementos e natureza jurídica. Direitos e obrigações.

QUARTA PARTE

Coisas

XXXV

85 — Das coisas que são objeto de comércio: — idéas gerais.

86 — Das mercadorias: — conceito: Designa-

ção, identificação e qualidade. Fraudes e falsificações.

XXXVI

87 — Do estabelecimento comercial: — conceito e elementos. Da insígnia.

88 — Das marcas de indústria e de comércio: — noção. Da constituição da marca e requisitos. Registro, depósito e publicidade. Da proteção legal.

XXXVII

89 — Dos títulos de crédito: — noção geral. Da emissão, da circulação e do vencimento.

XXXVIII

90 — Dos títulos ao portador: — conceito, elementos e natureza jurídica. Requisitos, fórma e emissão do título ao portador. Da conversão. Dos modos de extinção.

91 — Das debentures e sua regulamentação.

XXXIX

92 — Da cambial: — noção. Orientação dou-

trinária do direito brasileiro. Modalidades da cambial.

93 — Da lêtra de câmbio: — noção. Pessôas que nela figuram, ou podem figurar. Dos requisitos essenciais. Do saque e da aceitação: — modalidades de emissão. Do endôso e suas espécies: — normas gerais. Do aval: — idéas gerais. Do vencimento e do pagamento. Do direito de regresso. Dos direitos e obrigações cambiais. Da ação cambial.

94 — Da nota promissória: — conceito, requisitos, natureza e emissão. Princípios aplicáveis.

XL

95 — Do cheque: — noção e pressupostos. Da emissão e modalidades. Requisitos, circulação e pagamento. Da marcação e do visto.

96 — Do cheque cruzado. Das Câmaras de Compensação.

XLI

97 — Das duplicatas de fatura ou contas assinadas: — observações gerais.

XLII

98 — Do bilhete de mercadoria: — noção, caraterísticos, requisitos e fórmas. Direitos e obrigações.

XLIII

99 — Do conhecimento de depósito e do *warrant:* — idéas gerais.

QUINTA PARTE

Prescrição

XLIV

100 — Da prescrição em matéria comercial. Prazos e modos de interrupção.

4.ª CADEIRA

DIREITO INTERNACIOANL PÚBLICO

Prof. MARIO PESSÔA

1— Noção do Direito Internacional Público. Sua fôrça obrigatória. Comunidade do Direito Internacional Público.

2 — Direito Internacional Público e Direito interno. O costume internacional.

3 — Os sujeitos do Direito Internacional Público. A capacidade jurídica internacional.

4 — Nascimento e reconhecimento dos Estados. Fim da vida internacional dos Estados.

5 — A sucessão de Estados. Proteção das minorias..

6 — O poder do Estado. Intervenção e isolacionismo.

7 — A população. Os nacionais.

8 — Os estrangeiros.

9 — Diferentes formas de Estados. Associações de Estados: uniões pessoais e união real.

10 — Estados federais e confederação de Estados.

11 — Hierarquia de Estados: o Estado vassalo e o Estado protegido.

12 — Situação internacional da Santa Sé antes e depois dos acordos de Latrão. Condição jurídica da cidade do Vaticano.

13 — Os direitos e deveres dos Estados. Soberania e personalidade.

14 — Reação contra a teoria individualista. Necessidade de um direito objetivo.

15 — O território do Estado. Servidões internacionais.

16 — O alto mar. Mar territorial, mar nacional e mar continental.

17 — Rios e canais internacionais.

18 — O domínio aéreo. Nacionalidade das aeronaves. As aeronaves fóra do ar nacional.

19 — Os órgãos das relações internacionais. Os agentes diplomáticos.

20 — Os cônsules. Organizações dos consulados. Organização consular brasileira.

21 — As relações jurídicas internacionais. Os tratados.

22 — As principais espécies de tratados internacionais. Os tratados políticos e os tratados coletivos de interêsse econômico e social dos Estados.

23 — O delito internacional. Responsabilidade do Estado. Teorias. Consequência jurídica de um delito internacional.

24 — Circunstâncias que excluem a responsabilidade estatal. Direito de necessidade. Direito de represálias.

25 — O direito preventivo da guerra. Negociações diplomáticas. Bons ofícios e mediação.

26 — A arbitragem. Diferentes formas de arbitragem. A côrte permanente de arbitragem de Haya.

27 — A Côrte permanente de Justiça internacional. Sua organização e funcionamento.

28 — A União Panamericana. Desenvolvimento do panamericanismo.

29 — A Sociedade das Nações. Sua natureza jurídica. Sua organização.

30 — O problema do desarmamento. O pácto de Paris (pácto de Briand-Kellogg). O pácto Saavedra Lamas.

31 — A guerra. Seu conceito. O direito de guerra: suas fontes. Violação do direito de guerra.

32 — O começo da guerra. Efeitos do começo da guerra em relação aos Estados.

33 — Influência da guerra sobre as relações jurídicas dos inmigos. A guerra ecônomica.

34 — Fim da guerra. Tratado de paz. Indenizações de guerra.

35 — A guerra terrestre. Beligerantes e não beligerantes. As forças beligerantes.

36 — Os métodos de guerra. Os atos de guerra proíbidos pelo Regulamento de Haia. Assédios e bombardeamentos.

37 — Represálias. O costume internacional no tocante ás represálias.

38 — Prisioneiros de guerra. Os prisioneiros militares.

39 — Os prisioneiros civís. Os réfens.

40 — Os doentes e feridos. Leis costumeiras e convencionais relativas aos doentes e os feridos. Formações e estabelecimentos sanitários. Os mortos.

41 — A ocupação militar. Organização geral do país ocupado.

42 — Os habitantes do território ocupado. As pessôas. Os direitos fundamentais da personalidade humana.

43 — Os bens. O respeito da propriedade privada.

44 — Necessidades estratégicas. Requisições e contribuições.

45 — Os bens do Estado e estabelecimentos públicos. Os caminhos de ferro.

46 — A guerra aérea. Como se caracteriza a guerra aérea. Atos permitidos ou proíbidos quer ao Estado subjacente quer ao aviador. Os raids aéreos.

47 — A guerra maritima. Os navios de guerra e os navios auxiliares. Os submarinos.

48 — Bombardeamento de localidades não defendidas. Minas e torpedos. Bloqueio.

49 — A guerra ao comércio. Os navios de comércio, de pesca, postais e hospitalares.

50 — A propriedade privada inimiga sob pavilhão inimigo.

51 — A visita. A prêsa e o julgamento das prêsas.

52 — Neutralidade. Caracteres gerais da neutralidade. Os direitos e obrigações da neutralidade.

53 — Os Estados neutros e os Estados neutralizados.

54 — A propriedade privada neutra sob pavilhão inimigo. A propriedade privada inimiga sob pavilhão neutro.

55 — O contrabando de guerra.

56 — A visita e o comboio dos navios neutros.

57 — A tomada e a destruição dos navios neutros. A assistência hostil.

58 — As relações diplomáticas dos beligerantes e dos neutros. Espionagem. *Quinta-coluna*

59 — Os ensinamentos das duas guerras uni-

versais. As sanções e as reparações.

60 — O futuro do direito internacional.

NOTA — Ainda ficou mantido o programa adotado pelo ex-catedrático da disciplina em apreço, com ligeiras alterações quanto á disposição da materia propriamente dita, que permanece a mesma.

Faculdade de Direito do Recife

PROGRAMA DE ENSINO

DAS CADEIRAS DO

4. ANO

1. Cadeira — DIREITO CIVIL.....3
Prof. Andrade Bezerra

2. Cadeira — DIREITO COMERCIAL....23
Prof. Joaquim Amazonas

3. Cadeira — DIREITO JUDICIÁRIO CIVIL..... .. 35
Prof. Pedro Palmeira

4. Cadeira — MEDICINA LEGAL..... 47
Prof. Edgar Altino

1945

1.ª CADEIRA

DIREITO CIVIL

Prof. ANDRADE BEZERRA

I

DIREITO DAS COUSAS

1 — Definição e compreensão do direito das cousas.

2 — Cousas que fazem objeto dos direitos patrimoniais.

3 — Relações entre o direito das cousas e o das obrigações.

4 — Aquisição e perda dos direitos reais.

II

DA POSSE EM GERAL

5 — Origem da posse.

6 — Teorias sobre a posse.

7 — Teoria subjetiva de Savigny.

8 — Teoria objetiva de Ihering.

9 — Da posse como exercício de direito.

10 — Teoria da posse no código civil brasileiro.

III

DA POSSE NO DIREITO PÁTRIO

11 — Posse direta e indireta.

12 — Detenção.

13 — Se a posse é fato ou direito.

14 — Composse.

15 — Obejeto da posse.

16 — Posse dos direitos.

17 — Qualificação da posse.

18 — Aquisição da posse.

19 — Conservação, thansmissão e extenção da posse.

IV

EFEITOS DA POSSE

20 — Ações possessórias em geral.

21 — Interdito de manutenção.

22 — Interdito proibitório.

23 — Interdito de reintegração.

24 — Defesa e desforço imediatos.

25 — Alegação de dominio ou outro direito.

26 — Restituição administrativa da cousa esbulhada.

27 — Proteção das servidões contínuas não aparentes e descontínuas.

28 — Imição da posse.

29 — Ação de nunciação de obra nova.

30 — Percepção de frutos.

31 — Responsabilidade por deterioração ou perda.

32 — Benfeitorias.

33 — Perda da posse.

V

DA PROPRIEDADE EM GERAL

34 — Noções históricas da propriedade.

35 — Doutrinas sobre o conceito da propriedade.

36 — Domínio pleno e domínio limitado.

37 — Restrições legais do domínio.

VI

DA PROPRIEDADE IMOVEL

38 — Aquisição da propriedade imovel.

39 — Aquisição do imovel pela transcrição do titulo.

40 — Outros atos sujeitos á transcrição.

41 — Accessão.

42 — Usucapião.

43 — Extensão do domínio.

44 — Das minas.

45 — Das aguas.

46 — Perda da propriedade imovel.

VII

AQUISIÇÃO E PERDA DA PROPRIEDADE MOVEL

47 — Ocupação.

48 — Invenção.

49 — Tesouro.

50 — Especificação.

51 — Confusão, comistão e adjunção.

52 — Tradição.

53 — Usocapião.

VIII

DO CONDOMINIO

54 — Noção de condominio.

55 — Direitos e deveres dos condominios.

56 — Domínio resoluvel.

IX

DO DIREITO AUTORAL

57 — Conceito do direito autoral, seus dados históricos.

58 — Duração do direito autoral, quanto á obra publicada.

59 — Quem exerce o direito autoral.

60 — Transferencia da parte econômica do direito autoral.

61 — Atos que se não consideram ofensivos do direito autoral.

62 — Cinema e radiodifusão.

63 — Penalidades em matéria de direito autoral.

X

DIREITOS REAIS DE GOZO SOBRE AS COUSAS ALHEIAS

64 — Noção, caracteres e classificação dos direitos reais.

65 — Princípios gerais a que se subordinam os direitos reais.

66 — Figuras dos direitos reais em outras legislações.

XI

DA ENFITEUSE

67 — Noções históricas. Conceito da enfiteuse.

68 — Direito e deveres do enfiteuta.

69 — Direito e deveres do senhorio direto.

70 — Indivisibilidade da enfiteuse.

71 — Extinção da enfiteuse.

72 — Aforamento de terrenos de marinha.

XII

DAS SERVIDÕES PREDIAIS

73 — Noção e constituição das servidões.

74 — Classificação das servidões prediais.

75 — Direitos e obrigações dos donos dos prédios dominantes e servientes.

76 — Extinção das servidões.

XIII

DO USUFRUTO

77 — Noção do usufruto, sua constituição e objeto.

78 — Direitos do usufrutuário.

79 — Obrigações do usufrutuário.

80 — Direito e obrigações do proprietário.

81 — Usufruto improprio.

82 — Extinção do usufruto.

XIV

DO USO E HABITAÇÃO

83 — Normas reguladoras do uso e da habitação.

84 — Como se constituem e se extinguem.

XV

DA RENDA CONSTITUIDA SOBRE IMOVEL

85 — Contrato de constituição de renda.

86 — Dados históricos.

87 — Como e a favor de quem pode ser constituida.

88 — Normas reguladoras desse contrato.

XVI

DOS DIREITOS REAIS DE GARANTIA

89 — Noções gerais e dados históricos.

90 — Definição e enumeração.

91 — Quem pode dar garantia real e sobre que bens pode ela recair.

92 — Direitos reais sobre cousas alheias em condomínio.

93 — Indivisibilidade da garantia real.

94 — O penhor, a anticrese e a hipoteca na efetivação da garantia.

95 — Requisitos para a validade dos direitos reais.

96 — Vencimento antecipado da dívida assegurada por garantia real.

97 — Garantia real dada por terceiro.

98 — Inadmissibilidade da remissão parcial do penhor e da hipoteca.

99 — Aplicação do produto da excussão do penhor e da hipoteca.

XVII

DO PENHOR

100 — Noções gerais e dados históricos.

101 — Objeto do penhor.

102 — Penhores que dispensam a tradição efetiva.

103 — Direito do credor pignoraticio.

104 — Obrigações do credor pignoraticio.

105 — Direitos do devedor pignoraticio.

106 — Obrigações do devedor pignoraticio.

107 — Transcrição do penhor.

108 — Extinção do penhor.

XVIII

DO PENHOR LEGAL

109 — Noção e casos de penhor legal.

110 — Formação do penhor legal.

XIX

DA CAUÇÃO DE TITULOS DE CREDITO

111 — Caução de títulos de crédito público.

112 — Caução de títulos de crédito pessoal.

113 — Caução de títulos de crédito real.

XX

DO PENHOR RURAL

114 — Evolução do penhor rural no direito pátrio.

115 — Noção genérica do penhor rural.

116 — Penhor agrícola.

117 — Penhor pecuário.

XXI

DA ANTICRESE

118 — Noção e dados históricos.

119 — Constituição da anticrese.

120 — Objeto da anticrese.

121 — Direitos do credor anticrético.

122 — Obrigações do credor anticrético.

123 — Direitos e obrigações do devedor anticrético.

124 — Transcrição da anticrese.

125 — Extinção da anticrese.

XXII

DA HIPOTECA EM GERAL

126 — Noção e dados históricos.

127 — Sistemas hipotecários.

128 — Natureza e caracteres da hipoteca.

129 — Princípios gerais sobre hipotecas.

130 — Objeto da hipoteca.

131 — Extenção da hipoteca.

132 — Obrigações cujo cumprimento a hipoteca assegura.

133 — Espécies de hipoteca.

XXIII

DA HIPOTECA CONVENCIONAL

134 — Contrato hipotecário.

135 — Pessoas que podem e pessoas que não podem hipotecar.

136 — Pluralidade de hipotecas.

137 — Remissão da hipoteca anterior pelo credor posterior.

138 — Remissão da hipoteca pelo adquirinte do bem hipotecado.

139 — Licitação para determinar o preço da remissão.

140 — Remissão permitida ao executado, sua mulher e outros parentes.

141 — Remissão no caso de falência.

142 — Subrogação da hipoteca.

143 — Cessão da hipoteca.

144 — Duração da hipoteca.

145 — Nulidade e anulabilidade da hipoteca.

146 — Excussão da hipoteca.

XXIV

DAS HIPOTECAS LEGAIS

147 — Noção geral. Hipotecas legais no direito pátrio.

148 — Hipoteca legal da mulher casada.

149 — Hipoteca do filho sob pátrio poder.

150 — Hipoteca do filho sobre os bens do pai ou da mãi que passar a outras nupcias, sem inventário dos bens do casal anterior.

151 — Hipoteca legal dos menores sob tutela e dos interditos.

152 — Hipoteca legal da Fazenda Pública.

153 — Hipoteca sobre os bens do delinquente.

154 — Hipoteca da Fazenda Pública em garantia do pagamento de penas pecuniárias e do pagamento de custas.

155 — Hipoteca legal do coherdeiro por seu

quinhão hereditário ou pela torna da partilha.

XXV

DA HIPOTECA JUDICIAL

156 — Origem da hipoteca judicial.

157 — Conceito da hipoteca judicial. Sua conveniencia.

158 — Diferença entre a hipoteca judicial a o direito de penhorar bens alienados em fraude de execução.

XXVI

DA HIPOTECA DOS NAVIOS

159 — Navio, seu conceito e nacionalidade.

160 — Legislação referente á hipoteca dos navios anterior ao código civil.

161 — Hipoteca do navio e suas vantagens.

162 — Hipoteca do navio em direito pátrio.

163 — Hipoteca do navio perante o direito internacional privado.

XXVII

DA HIPOTECA DE AERONAVE

164 — Aeronave, seu conceito e nacionalidade.

165 — Hipoteca de aeronave em direito pátrio.

166 — Hipoteca de aeronave em direito internacional privado.

XXVIII

DA HIPOTECA DE VIAS FERREAS

167 — Natureza jurídica da via ferrea.

168 — Particularidade da hipoteca da via ferrea.

169 — Empreza de carris urbanos.

XXIX

DA INSCRIÇÃO DA HIPOTECA

170 — Noção geral de inscrição hipotecária.

171 — Especialização.

172 — Pessoas que devem requerer a inscrição da hipoteca voluntária.

173 — Pessoas que devem requerer a inscrição das hipotecas legais.

174 — Logar em que deve ser realizada a inscrição.

175 — Tempo em que deve ser realizada a inscrição.

176 — Títulos que devem ser apresentados para a inscrição.

177 — Requisitos da inscrição.

178 — Modo de fazer a inscrição.

179 — Averbações.

XXX

EFEITOS DA HIPOTECA

180 — Efeitos da hipoteca em relação ao devedor.

181 — Efeitos da hipoteca em relação ao credor.

182 — Efeitos da hipoteca em relação a terceiros.

XXXI

DAS AÇÕES QUE NASCEM DA HIPOTECA

183 — Ações do credor hipotecário.

184 — Remissão pelo adquirente do bem hipotecado pelo credor de hipoteca posterior.

XXXII

DA EXTINÇÃO DA HIPOTECA

185 — Desaparecimento da obrigação principal.

186 — Destruição da cousa hipotecada.

187 — Resolução do dominio.

188 — Renúncia do credor.

189 — Remissão do bem hipotecado.

190 — Sentença passado em julgado.

191 — Prescrição da ação hipotecária.

192 — Arrematação e adjudicação.

193 — Cancelamento da hipoteca.

XXXIII

DO REGISTRO DE IMOVEIS

194 — Noção geral e evolução, no Brasil, do Registro de Imoveis.

195 — Valor jurídico-social do registro de imoveis.

196 — Sistema Torrens.

2.ª CADEIRA

DIREITO COMERCIAL

MARITIMO, FALÊNCIA E CONCORDATAS

Prof. JOAQUIM I. DE ALMEIDA AMAZONAS

PRIMEIRA PARTE

I

1 — O comício marítimo: conceito, história e importância. Influência no desenvolvimento geral da humanidade. Divisões.

II

2 — O Direito Comércial Marítimo: conceito

e logar no Quadro Geral da classificação do Direito.

3 — História do Direito Comércial Marítimo, na antiguidade.

4 — Os monumentos legislativos da Idade Média e até Colbert.

5 — Os monumentos legislativos posteriores a Colbert. O papel da França no movimento codificador do Direito Comércial Marítimo.

III

6 — O navio e seu conceito. Sua natureza jurídica. Partes e acessórios do navio.

7 — O navio e sua construção: a) por economia; b) por contrato.

8 — O navio e seu estado civil: individualização e caracterisação. A teoria da personalização do navio. Perecimento do navio. Os registros de navios.

IV

9 — Abalroamento entre navios: espécies. Estudo de cada uma. Responsabilidades

resultantes do abalroamento. Regulamentos e Convenções internacionais.

V

10 — Propriedade do navio: generalidades. Modos de direito privado, de transmissão da propriedade do navio. Alienação voluntária e alienação forçada.

11 — Modos de transmissão da propriedade do navio, especiais do Direito Marítimo.

12 — Modos de transmissão da propriedade do navio, especiais do Direito Público.

13 — Quem pode ser o proprietário de navio brasileiro. Razões.

14 — Responsabilidade direta do proprietário de navio.

15 — Responsabilidade reflexa do proprietário de navio.

16 — Limitação da responsabilidade do proprietário de navio: sistemas.

17 — O condominio de navio. Administração.

Transmissão da propriedade de partes do navio.

VI

18 — A armação de navio. Espécies de armador. Responsabilidades resultantes da armação.

VII

19 — Representação do navio, fóra de seu domicílio: agentes e consignatários.

VIII

20 — O capitão e a gente da tripulação. Contrato de engajamento: direitos e obrigações resultantes. Poderes do Capitão.

IX

21 — Contrato de fretamento. Modalidades ou espécies de fretamento. A carta partida. Natureza do contrato.

22 — Contrato de fretamento: á colheita ou prancha: o conhecimento de carga. Natureza do contrato assim concluido.

23 — Emissão e dizeres do conhecimento de carga. Natureza jurídica deste documento. Modos de sua emissão.

24 — Contrato de fretamento: a viagem. Direitos e obrigações das partes, antes, durante e depois da viagem. O frete e seu pagamento.

X

25 — Contrato de tarnsporte de passageiros. Natureza jurídica. Direitos e obrigações das partes.

XI

26 — O crédito naval: hipotéca de navio. Antícresis e penhor.

27 — Créditos privilegiados e quirografários.

28 — O contrato de empréstimo a câmbio marítimo: história, desenvolvimento e esplendor. Características próprias deste contrato. Decadência.

XII

29 — As avarias no Direito atual. Espécies de avarias: grossas ou comuns, e simples

ou particulares. Necessidade de uma reforma racional.

30 — Conceito de cada espécie. Tipos principais de avarias.

XIII

31 — O contrato de seguros marítimo: generalidades. As pessôas, partes no contrato.

32 — O contrato: o risco; o prêmio. O instrumento do contrato: a apólice. Resolução do contrato. O sinistro.

33 — A ação de seguro. A ação de abandono. O instituto do abandono no direito marítimo.

XIV

34 — Salvamento e Assistência, em direito marítimo. Diferenciação entre as duas figuras. Natureza jurídica de cada uma.

35 — A Convenção Internacional de Bruxelas, de 1910, arbitramento.

SEGUNDA PARTE

XV

36 — A falência e suas origens. Sua filiação a institutos do Direito Romano.

37 — A falência na Idade Média e nos tempos modernos. Sua caracterização definitiva.

XVI

38 — A falência e seus pressupostos. Concepções latina e germânica do instituto. Unidade e multiplicidade da falência.

39 — A legislação brasileira falencial, anterior e posterior á independência, até 1889.

40 — As reformas de 1890 e de 1902; regimes que estabeleceram.

41 — A reforma de 1908: a lei nº 2.024, de 17 de Dezembro desse ano. Sua formação. Apreciação geral sobre a sua aplicação, e efeito desta. A sua reforma parcial, pelo decreto legislativo numero 5.746, de 9 de Dezembro de 1929: me-

lhorias introduzidas; defeitos verificados.

XVII

42 — A declaração judicial da falência. Motivos determinantes, ou causas que dão logar á mesma declaração. Juizo competente. Recursos contrá a sentença declaratória ou denegatória da falência requerida.

43 — Pessôas sujeitas á falência: os comerciantes. Falência dos não comerciantes. Falência das sociedades: efeitos sobre as pessôas dos sócios.

44 — Efeitos jurídicos da sentença declaratória da falência.
a) quanto ao direitos dos credores;
b) quanto á pessôa do falido;
c) quanto aos bens do falido;
d) quanto aos contratos do falido;
e) quanto á revogabilidade de atos praticados pelo falido, anteriormente à declaração da falência; ação revogatória.

XVIII

45 — Pessoal da administração da falência: o síndico o liquidatário. Obrigações de

um e de outro. Disposições legais comuns a um e outro. Disposições especiais a cada um.

46 — Arrecadação e guarda dos livros, papeis e bens do falido. O sistema brasileiro. Exame dos livros do falido. Continuação dos negócios do falido, durante a sindicância.

XIX

47 — Verificação e classificação dos créditos. Impugnação de crédito e seu processo. Credores retardatários: sua habilitação e respectivo processo.

48 — Recursos contra a admissão ou exclusão de credores. Revogabilidade da admissão ou classificação de crédito, por meio extraordinário.

XX

49 — Assembléa de credores: constituição e poderes. Apresentação e julgamento de concordata, na falência. Aceitação da concordata: Recursos contra essa aceitação.

50 — Recusa da concordata. Não apresenta-

ção de proposta de concordata. Eleição do liquidatário. Destituição do liquidatário: casos em que pode ter logar. Processo desta destituição e escolha do novo liquidatário. Recurso admitido contra a destituição.

51 — Não cumprimento da concordata e seus efeitos. Reabertura da falência, pela revogação da concordata: processo.

52 — Cumprimento da concordata: rehabilitação do falido, e seu processo. Outros casos de rehabilitação.

XXI

53 — Realização do ativo e liquidação do passivo. Pagamento dos credores: a) da massa; b) da falência.

XXII

54 — Meios preventivos da declaração da falência: moratória e cessão de bens.

55 — A concordata preventiva: sua história, fundamento e processo.

56 — Sua aceitação e homologação. Recusa e efeitos.

57 — Embargos á aceitação da concordata preventiva. Processo e recurso contra a sentença que os julga não provados, homologando a concordata proposta. Julgamento declarando provados os embargos opostos, não homologando a proposta: recurso admitido, contra essa decisão denegatória de homologação. Não cumprimento da concordata preventiva aceita e homologada: efeitos.

58 — Revogação da concordata e abertura da falência processo.

XXIII

59 — Sentenças estrangeiras de declaração de falência: sua exequibilidade no Brasil. Exigência de homologação pelo Supremo Tribunal Federal.

XIV

60 — Crimes em matéria de falência. Competência. Processo.

3.ª CADEIRA

DIREITO JUDICIÁRIO CIVIL

Prof. PEDRO PALMEIRA

PRIMEIRA PARTE

1 — Do Direito Judiciário Civil: conceito e sua autonomia; posição enciclopédica: relações com os outros ramos da ciência jurídica.

2 — Da eficácia do Direito Judiciário Civil no tempo e no espaço.

3 — Da função jurisdicional, em confronto com as dos demais orgãos da soberania nacional. Do poder judiciário. Da função contenciosa e administrativa.

4 — Da organização judiciária. Sistemas diversos de organização; defeitos e vantagens.

5 — Da organização judiciária no Brasil. História e organização atual.

6 — Do juizo arbitral: conceito e fundamento; inconvenientes e vantagens. Como se constitue e atúa. Homologação do laudo arbitral.

7 — Da competência: conceito e espécies.

8 — Da determinação da competência; critérios legais. Do pacto de fôro *prorrogando*

9 — Das modificações da competência.

10 — Do juizo: noção; das pessôas que o constituem; partes necessárias e partes intervenientes.

11 — Do litisconsorcio; conceito e espécies.

12 — Da intervenção do terceiro: conceito; espécies.

13 — Do chamamento á autoria. Da nomeação á autoria.

14 — Da oposição. Da assistência.

15 — Dos embargos de terceiro.

16 — Da capacidade para estar em juizo. Incapacidade absoluta e incapacidade relativa; meios de suprí-las.

17 — Dos procuradores judiciais: do advogado, do provisionado e do solicitador.

18 — Da assistência judiciária.

19 — Do juizo e dos auxiliares da justiça.

20 — Do processo: conceito; necessidade política do processo. Condições fundamentais.

21 — Dos atos processuais; discriminação. Dos requerimentos, articulados e alegações. Dos autos, termos e certidões. Dos despachos e sentenças.

22 — Das condições de realização dos atos processuais, quanto ao tempo e ao logar. Prazos. Feriados e ferias forenses.

23 — Das custas e das multas judiciais.

24 — Da ação: acepções; conceito. Teoria da ação.

25 — Condições de exercício das ações. Modificações e extinção das ações.

26 — Do concurso e da cumulação das ações.

27 — Das nulidades processuais: noções gerais; espécies.

SEGUNDA PARTE

28 — Da instância; começo, suspensão, renovação. cessação e perempção.

29 — Do pedido. Da petição inicial. Cautélas e fórma. Adição e emenda.

30 — Do valor, da causa: critérios, impugnação e efeitos. Da distribuição.

31 — Da citação inicial; conceito e fundamento. Notificações e intimações. Cautelas quanto ás pessoas que devem ser citadas. Do curador á lide.

32 — Das espécies de citação. Modos de fazê-la e casos em que tem cabimento.

33 — Dos efeitos da citação. Da revelia.

34 — Da defesa: conceito, fundamento e espécies. Das exceções; fisionomia jurídica, divisão.

35 — Da exceção de incompetência; oportunidade e efeitos. Processo.

36 — Da exceção de suspeição; oportunidade e efeitos. Processo.

37 — Das exceções de litispendência e de coisa julgada: oportunidade, efeitos. Processo.

38 — Da contestação: conceito e espécies. Cautelas e fórma. Arguição de nulidades. Da litiscontestação.

39 — Do despacho saneador.

40 — Das provas em geral: conceito, espécies e meios de prova admitidos em nosso direito. Do sistema de provas legais e do de livre convencimento do juiz. Do onus da prova.

41 — Dos indícios e presunções. Dos usos e costumes.

42 — Da prova documental. Da exibição de documento. Do incidente de falsidade.

43 — Da confissão. Do depoimento pessoal. Das testemunhas.

44 — Das vistorias. Do arbitramento.

45 — Da audiência de instrução e julgamento; oportunidade, debates orais. Processo

46 — Da sentença; conceito; requisitos elementares e formais. Publicação e intimação.

47 — Da cousa julgada; formal e material, seus limites objetivos e subjetivos.

48 — Da ação rescisória.

TERCEIRA PARTE

49 — Da ação ordinária; noções gerais; casos em que tem lugar; marcha processual e prática formulária.

50 — Das ações executivas: noções gerais; presupostos jurídicos; casos em que tem logar; processo e prática formulária.

51 — Do executivo fiscal.

52 — Das ações cominatórias para prestação de fato ou abstenção de ato.

53 — Da caução de dano infecto e o embargo de obra nova. Processo e prática formulária.

54 — Da ação de prestção de contas.

55 — Das ações possessórias: noções gerais e espécies. Do interdito proíbitório. Processo e prática formulária.

56 — Da ação de manutenção de posse. Processo e prática formulária.

57 — Da ação de esbulho, com e sem reintegração prévia da posse. Processo e prática formulária.

58 — Da ação de imissão de posse. Casos Natureza da ação. Processo e prática.

59 — Da ação de despejo: a quem compete e quando tem lugar. Da defeza, em que pode consistir; reflexo do seu conteúdo sobre a forma processual. Prática formulária.

60 — Da nunciação de obra nova; a quem

compete, natureza e requisitos. Rito processual e prática formulária.

61 — Da ação renovatória de contrato de locação de imóveis destinados a fins comerciais: fundamento legal e pressupostos; processo e prática formulária.

62 — Das ações de perempção ou preferência e do direito de opção. Processo e prática formulária.

63 — Da ação de consignação em pagamento. Natureza e defeza que comporta. Processo e prática formulária.

64 — Do mandado de segurança; fundamento legal, natureza e contra que atos pode ser pedido. Fórma da inicial e prova do alegado. Processo e prática formulária.

65 — Da ação de nulidade de patente de invenção e de marca de indústria e de comércio. Fóro competente.. Pessoas que a podem intentar. Processo.

66 — Da ação para recuperar ou restaurar títulos ao portador. Efeitos. Processo.

67 — Das ações relativas ás vendas á crédito com reserva de domínio.

68 — Das ações relativas ao loteamento e venda de imóveis á prestação.

69 — Da ação de depósito. Do incidente da prisão do depositário infiel.

70 — Da ação de reforço de garantia: fundamento legal, processo. Da ação de remissão do imóvel hipotecado. Casos em que tem lugar.

71 — Da ação de excussão de penhor. Quando tem lugar. Da remissão do penhor. Processo e prática formulária.

72 — Da ação de acidente no trabalho: noções gerais; procedimento preliminar; iniciativa; rito processual e prática formulária.

73 — Da ação de exoneração de fiança, quando tem lugar. Processo e prática.

74 — Da venda, locação e administração de coisa comum. Da venda do quinhão em cousa comum. Da eleição do cabedal de bens enfiteuticos. Processo e prática.

75 — Das ações de divisão e demarcação. Disposições comuns. Formalidades e processo.

76 — Das disposições especiais á ação de divisão.

77 — Das disposições especiais á ação de demarcação.

78 — Das ações para a construção e conservação de tapumes e para indenização de parede ou tapume divisório.

79 — Da ação de usucapião.

80 — Dos processos acessórios e das medidas preventivas, em geral. Natureza e efeitos. Espécies. Da busca e apreensão. Casos. Processo e prática.

81 — Do embargo ou arresto. Pressupostos jurídicos, casos em que tem lugar; processo e prática formulária.

82 — Do sequestro: casos em que tem lugar; processo e prática.

83 — Da exibição de coisa. Das vendas judiciais. Noções gerais, processo e prática formulária.

84 — Do depósito preparatório de ação. Das

cauções judiciais. Noções gerais, processo e prática.

85 — Do depósito de pessôas. Da separação de corpos. Noções gerais, casos em que tem lugar, processo e prática.

86 — Do protesto e da interpelação judicial. Da justificação. Noções gerais, processo e prática.

87 — Da especialização das hipotécas legais. Da posse em nome do ventre. Noções gerais processo e prática.

88 — Das vistorias, arbitramentos e inquerições *ad perpetuam rei memoriam*. Noções gerais, processo e prática.

89 — Do atentado. Noções gerais, fundamento e efeitos. Processo e prática.

90 — Da reconvenção. Noções gerais e fundamento. Processo e prática.

4ª. CADEIRA

MEDICINA LEGAL

Prof. EDGAR ALTINO

a) Medicina Legal, Ensino e Perícia

1 — Objeto da Medicina Legal. Feição do estudo em Faculdades Jurídicas. Didática. Prática médico-forense. Novos rumos da cadeira. Medicina Legal judiciária.

2 — Institutos médico-legais. Eepecialização pericial; perícia e peritos. Documentos médico-legais. O Código Penal de 1940.

b) Semiologia Mental

3 — Percepção, inteligência, emoção vontade,

vida social. Conduta e liberdade. Sociologia do homem normal.

4 — Limites modificadores legais da responsabilidade e da capacidade. Idade, sexo, prodigalidade, alienação, loucura, intervalos lúcidos; conceito médico-legal.

c) Psicopatologia Forense

5 — Estudo médico-legal das doenças mentais causas gerais, diagnóstico, simulação, classificação das doenças mentais.

6 — Constituições psicopáticas. Reações antisociais dos alienados.

7 — Das toxifilias (etilismo, morfinismo, cocainismo etc). Estudo médico-legal.

8 — Das perversões sexuais. Conceito freudeano. Distúrbios hormoglandulares e neurovegetativos.

9 — Noções de higiene mental. Proteção á criança anormal, aos toxifilos, aos perversos, aos vagabundos, aos analfabetos.

10 — Repressão à crendice popular, às práti-

cas de espiritismo e similares; ao curandeirismo etc. Profilaxia das doenças venérias.

11 — Vantagens da segregação mental precoce. Manicômios, preventórios, hospitais abertos.

d) Criminologia

12 — O crime e seu conceito histórico; forma fundamental e forma evolutiva. Conceito social coetaneo.

13 — O criminoso e sua ficha biofráfica; antecedentes hereditários, influências congênitas, vida na infância, vida na sociedade.

14 — Exame somático e psiquico do delinquente. Biotipologia criminal. Clínicas criminaveis.

15 — Prevenção do crime. Extinção da máquina penal vigente. Substitutivos penais de Ferri.

16 — A pena e sua finalidade utilitária de terapeutica médico-psicológica, médico-pe-

dagógica, médico-cirúrgica e médico o-poterápica incretória.

17 — Penitenciárias, reformatórios, clínicas criminais, manicômios penais, anexos psiquiátricos.

e) *Técnica Policial Judiciária*

18 — Da prova do crime. Provas técnicas o levantamento de corpo, fotográfia do local do crime, filmagem. Outras provas de laboratório. Prova testemunhal. Confissão. Técnica psicológica.

19 — Caractéres antropognósticos gerais, raça, sexo, idade.

20 — Tipo constitucional. Soma e psique. Tipos patológicos.

21 — Estática antropognóstica; caractéres profissionais; fisiológicos. Tatuagens. Grupos sanguíneos; antropometria.

22 — Dinâmica antropognóstica; caractéres funcionais. Postura, marcha, destreza, fôrça.

23 — Movimentos anormais. Palavras escrita e falada. Mímica, gestos.

24 — Sensório. Vida vegetativa.

25 — Identificação judiciária; reconhecimento no vivo, no cadáver e na fotografia. Fotografia sinalética. Embalsamamento e recomposição de cadáveres.

26 — Identificação judiciária, datiloscopia. Impressões digitais e sistemas datiloscópicos.

27 — Gabinetes de identificação datiloscópica; provas no vivo e no cadáver. Processos de revelação de impressões digitais.

f) Traumatologia Forense

28 — Semiologia geral das ofensas físicas Estudos quantitativos das lesões corporais.

29 — Lesões por agentes físicos.

30 — Lesões por agentes mecânicos e químico-traumatisantes.

31 — Asfixias puras.

32 — Asfixias complexas.

33 — Asfixias mistas.

34 — Inanição. Envenenamento.

35 — Infecção; delito de contágio. Cod. Penal, art. 130.

36 — Classificação das lesões corporais. Lesão leve; Cod. Penal, art. 129.

37 — Lesão grave; Cod. Penal, art. 129, § 1.º, ns. I, II, III e IV.

38 — Lesão mais grave; Cod. Penal, § 2.º, ns. II, III, IV eV.

39 — Lesão mortal. Natureza e séde das lesões mortais.

40 — Lesão corporal seguida de morte. Cod. Penal, art. 129 § 3.º. Estudo médico legal das concausas.

41 — Estudo semiótico da morte por homicídio, por suicídio e por acidente.

42 — Conceito novo de infanticídio. Cod. Penal, art. 123. Psicologia do estado puerperal.

43 — Infanticídio. Provas de vida extrauterina; docimasias. Diagnóstico da causa da morte do recem-nascido.

g) Sexologia Forense

44 — Do casamento. Motivos de impedimento estatuidos no Código Civil, relativos à consanguinidade. Leis de Mendel.

45 — Relativos à idade e à capacidade civil.

46 — Idem aos direitos de sucessão de produtos possiveis de casamento anterior.

47 — Sentido legal do êrro essencial sôbre pessôa. Defloramento anterior. dubiedade de sexo e outras malformações genitais.

48 — Defeito físico irremediavel ou moléstia grave transmissível por contágio ou herança.

49 — Sevícia ou injúria grave. Contaminação venérea. Casamento nulos e anuláveis.

50 — Exame médico prenupcial. Mendelismo. Eugenética.

51 — Do defloramento: conceito legal. Orgams sexuais externos da mulher; himen; sua forma e consistência.

52 — Traumatologia sexual; circunstâncias concorrentes para o diagnóstico do defloramento.

53 — Do estupro; conceito legal. Casos em que constitue atentado a saúde e à vida.

54 — Do atentado contra o pudor; conceito legal. Práticas libidinosas; perversões sexuais. Lesões possiveis resultantes do atentado.

55 — Do ultrage público ao pudor. Psicologia do ultrajante.

56 — Da gravidez; noções de embriologia e de concepção. Diagnóstico da gestação; práticas de laboratório. Variedades, marcha e duração da prenhez. Simulação e dissimulação.

57 — Do parto. Sinais recentes e sinais remotos. Do parto suposto. Cod. Penal, art. 242. Perícia; grupos sanguíneos.

58 — Do abortamento criminoso; conceito e

elementos constitutivos do crime. Prática do abortamento, medicamentos abortivos e processos abortivos mecânicos.

59 — Lesões possiveis consecutivas á prática clandestina do abortamento; exame da mulher, do aborto e dos enexos. Perícia.

60 — Do abortamento legal; indicações terapeuticas e eugenéticas. Cod. Penal, art. 128, n.º II.

61 — Do perigo social do abortamento clandestino. Direito de nacituro. Inutilidade das leis penais repressivas. Prevenção pela propaganda e pela assistência social á mulher grávida.

h) — Infortunística

62 — Acidente do trabalho. Lei nacional. Teoria do risco profissional e acidentes de trabalho.

63 — Perícia. Cura da lesão. Consolidação médica e consolidação jurídica. Simulação.

64 — Avaliação de incapacidade. Concausalidade. Legislação, jurisprudência.

i) *Tanatologia Forense*

65 — Da morte: sinais duvidosos, sinais certos. Morte súbita e morte agônica. Fenômenos cadavéricos. Cronotamatognóse.

Faculdade de Direito do Recife

PROGRAMA DE ENSINO

DAS CADEIRAS DO

5. ANO

1. Cadeira — DIREITO CIVIL.....3
Prof. Gondim Neto

2. Cadeira — DIREITO JUDICIÁRIO CIVIL..... .. 11
Prof. Mario de Souza

3. Cadeira — DIREITO JUDICIÁRIO PENAL 33
Prof. Genaro Guimarães

4. Cadeira — DIREITO ADMINISTRATIVO.....43
Prof. Luiz Delgado

5. Cadeira — DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO.....51
Prof. Sérgio Loreto Filho

1945

1.ª CADEIRA

DIREITO CIVIL

(FAMILIA E SUCESSÕES)

Prof. GONDIM NETO

I

1 — Do direito de familia.

2 — Dos esponsais.

3 — Do casamento, especialmente no Brasil.

4 — Das formalidades preliminares do casamento.

5 — Dos inpedimentos, suas espécies e seus efeitos.

6 — Da celebração do casamento; da autoridade competente e do lugar próprio.

7 — Do casamento IN EXTREMIS.

II

8 — Dos meios de prova do casamento.

9 — Do casamento nulo e anulavel.

10 — Das pessôas que podem propor as ações de nulidade ou de anulação de casamento, e do tempo em que elas devem ser iniciadas.

11 — Do casamento putativo, suas espécies e efeitos.

III

12 — Dos efeitos jurídicos do casamento.

13 — Da incapacidade da mulher casada.

14 — Dos direitos e deveres do marido e da mulher.

IV

15 — Dos regimens de bens no casamento.

16 — Do regimen da comunhão universal e da comunhão parcial de bens.

17 — Do regimen da separação e do regimen dotal.

18 — Direitos e deveres do marido e da mulher quanto ao dote.

19 — Da restituição do dote.

20 — Da administração do dote pela mulher.

21 — Dos bens parafernais.

V

22 — Da dissolução da sociedade conjugal.

23 — Do desquite e do divorcio.

24 — Do divorcio no direito extrangeiro.

25 — Do desquite em nosso Código Civil.

26 — Dos efeitos do desquite quanto aos filhos e bens do casal.

VI

27 — Do parentesco e suas espécies.

28 — Linhas e gráus de parentesco.

29 — Da legitimidade ou ilegitimidade dos filhos.

30 — Da legitimação e do reconhecimento dos filhos naturais.

31 — Da adoção, seus requisitos e efeitos.

VII

32 — Do pátrio poder.

33 — Direitos e deveres dos pais quanto á pessôa e bens dos filhos.

34 — Da suspensão e perda do pátrio poder.

35 — Dos alimentos e suas espécies; quando e por quem são devidos.

36 — Como devem ser arbitrados os alimentos.

VIII

37 — Da tutela, seu conceito e sua evolução.

38 — Da tutela no nosso Código e suas espécies.

39 — Direitos e deveres dos tutores.

40 — Dos que devem ou podem ser tutores, e das causas de excusa

41 — Das garantias e da extinção da tutela.

IX

42 — Da curatela e suas espécies.

43 — Direitos e deveres dos curadores.

44 — Dos que devem ou podem ser curadores, e das causas de excusa.

45 — Das garantias e da extinção da curatela.

X

46 — Da sucessão, suas espécies e seu fundamento.

47 — Transmissão da herança.

48 — Tempo e logar da abertura da sucessão.

49 — Do inventariante.

50 — Aceitação e recusa da herança.

XI

51 — Responsabilidade dos herdeiros.

52 — Da herança jacente e vacante.

XII

53 — Da sucessão legitima.

54 — Da ordem de vocação hereditária.

55 — Sucessão por cabeça e por estirpe.

56 — Sucessão na linha reta e do conjuge.

57 — Sucessão na linha colateral.

58 — Do direito de representação.

XIII

59 — Da sucessão testamentaria e da liberdade de testar.

60 — Do testamento e suas espécies.

61 — Da capacidade testamentaria.

62 — Requisitos dos testamentos público, cerrado e privado.

XIV

63 — Dos testamentos especiais.

64 — O testamento marítimo e o militar.

65 — Dos codicilios.

66 — Ineficacia e revogação dos atos de última vontade.

67 — Do testamento.

XV

68 — Noção, espécies, efeitos e caducidade dos legados.

XVI

69 — Do direito de acrescer entre herdeiros e legatários.

70 — Dos herdeiros necessários e da redução das disposições testamentarias.

71 — Da capacidade para suceder.

72 — Da indignidade e da desherdação.

XVII

73 — Das substituições vulgar e fedeicomissaria.

74 — Das colações.

XVIII

75 — Do inventário e da partilha.

76 — Dos sonegados.

77 — Do pagamento das dívidas do espólito.

78 — Garantia dos quinhões hereditários.

79 — Nulidade da partilha.

2.ª CADEIRA

DIREITO JUDICIÁRIO CIVIL

Prof. MARIO DE SOUZA

I — DOS RECURSOS

PONTO 1.º

1 — Dos recursos em geral: noções.

2 — Seu fundamento jurídico e filosófico.

3 — Espécies.

PONTO 2º.

1 — Da Apelação: noções gerais; espécies.

2 — Dos efeitos da apelação.

3 — Rito processual e prática formularia.

PONTO 3º.

1 — Do Agravo: noções gerais e espécies.

2 — Do Agravo de petição: quando tem logar; efeitos.

3 — Rito processual e prática formularia, nas duas instâncias.

PONTO 4º.

1 — Do Agravo de Instrumento: noções e casos em que tem logar.

2 — Efeitos.

3 — Rito processual e prática formularia.

PONTO 5º.

1 — Do Agravo do Auto do Processo: casos em que corre; efeitos e prática formularia.

2 — Dos Agravos de despachos na Segunda Instância.

3 — Da Carta Testemunhavel: conceito e finalidade; sua supressão no novo Código de Processo.

PONTO 6º.

1 — Dos Embargos: noções gerais, natureza e espécies.

2 — Dos Embargos ao Acordão: quando tem logar; rito processual e prática formularia.

3 — Dos Embargos a Sentença e dos Embargos de Declaração: casos em que ocorrem e pratica formularia.

PONTO 7º.

1 — Da Revista: conceito, fundamento e casos em que tem logar.

2 — Efeitos: rito processual e pratica formularia.

3 — Do Prejulgado: conceito e finalidade. Seu processo.

8º. PONTO

1 — Recurso Extraordinário: conceito e finalidade.

2 — Casos em que tem logar: efeitos. Rito processual e pratica formularia.

II — DOS PROCESSOS DA COMPETÊNCIA ORIGINARIA DOS TRIBUNAIS

PONTO 9°.

1 — Da Homologação das Sentenças Estrangeiras: fundamento e sistemas.

2 — Do sistema adotado no Brasil: rito processual e pratica formularia.

3 — Da homologação de sentenças de falência.

PONTO 10°.

1 — Conflitos de Jurisdição: conceito e finalidade.

2 — Casos em que ocorrem seus efeitos.

3 — Rito processual e prática formularia.

PONTI 11°.

1 — Da Ação Rescisoria: fundamento, natureza e finalidade.

2 — Casos em que tem cabimento.

3 — Rito processual e prática formularia.

III — DA EXECUÇÃO DE SENTENÇAS

PONTO 12º.

1 — Teoria Geral da Execução: juizo e partes competentes.

2 — Do ingresso na execução.

3 — Do objeto da execução.

PONTO 13º.

1 — Da Execução por quantia certa: casos e fórma.

2 — Nomeação de bens a penhora.

3 — Gradação a ser observada; prática formularia.

PONTO 14º.

1 — Da Penhora: conceito e natureza.

2 — Objeto da penhora. Bens absoluta e relativamente impenhoraveis.

3 — Requisitos e fórma da penhora; prática formularia.

PONTO 15°.

1 — Da penhora em creditos, direitos e ações.

2 — Penhora no rôsto dos autos.

3 — Ação subrogatoria.

PONTO 16°.

1 — Disposições comuns aos bens penhorados.

2 — Deposito e administração deles.

3 — Dos seus frutos e rendimentos.

PONTO 17°.

1 — Reforço e redução da penhora; substituição do bem penhorado.

2 — Segunda penhora e concurrência de penhoras.

3 — Dos efeitos da penhora.

PONTO 18º.

1 — Da Avaliação: necessidade; efeitos; casos em que se dispensa; como se procede

2 — Dos *Editais de praça*: requisitos e fórmas.

3 — Sua afixação e publicação.

PONTO 19º.

1 — Da Arrematação: teoria sobre a natureza da alienação dela decorrente.

2 — Da praça. Auto e carta de arrematação.

3 — Dos efeitos da arrematação.

PONTO 20º.

1 — Da Ajudicação: natureza e condições.

2 — Ajudicação de rendimentos.

3 — Efeitos da ajudicação; carta.

PONTO 21º.

1 — Da Remissão: da execução e de bens

penhorados; oportunidade; pessôas que podem pedir, preço.

2 — Efeitos. Carta de remissão.

3 — Rito processual e pratica formularia.

PONTO 22°.

1 — Da Execução contra a Fazenda Publica.

2 — Execução por divida alimenticia.

3 — Rito processual e prática formularia.

PONTO 23°.

1 — Da Execução provisoria: casos em que ocorre.

2 — Atos que compreende.

3 — Rito processual e pratica formularia.

PONTO 24°.

1 — Da Execução por cousa certa ou em espécie: conceito e natureza.

2 — Casos e meios empregados.

3 — Rito processual e pratica formularia.

PONTO 25º.

1 — Da Execução das Obrigações de Fazer ou não fazer: casos e fórma.

2 — No caso de condenação a emitir uma declaração de vontade.

3 — Rito processual e pratica formularia.

PONTO 26º.

1 — Da Execução por quantia incerta: noções e casos.

2 — Liquidação da sentença.

3 — Rito processual e pratica formularia.

PONTO 27º.

1 — Da Defeza do Executado: casos, oportunidade e efeitos.

2 — Embargos a penhora e a Arrematação; rito processual e pratica formularia.

3 — Embargos nas execuções reais e nas de obrigações de fazer ou não fazer.

PONTO 28°.

1 — Alienação em Fraude de Execução: conceito e casos em que ocorre.

2 — Natureza e indole processual.

3 — Efeitos.

PONTO 29°.

1 — Do Concurso de Credores: conceito e fundamento.

2 — Suas condições e efeitos.

3 — Protesto de preferencia. Processo do concurso e pratica formularia.

PONTO 30°.

1 — Da Desapropriação por Utilidade Pública: noções gerais e fundamento legal; do decreto de desapropriação.

2 — Processo de desapropriação: modo e forma de agir para a idenisação do valor dos bens desapropriados.

3 — Da requisição e uso da propriedade particular.

IV — DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

PONTO 31º.

1 — Do Inventario: noções gerais.

2 — Tempo, logar e pessôas a quem cabe a sua iniciativa.

3 — Prazo para seu início e término; prorrogação. Prática formulária.

PONTO 32º.

1 — Do Inventariante: nomeação e preferencia para o exercicio do cargo. Das declarações de herdeiros e bens.

2 — Da citação dos herdeiros e contestação de sua qualidade.

3 — Questões de alta indagação. Pratica formularia.

PONTO 33.º

1 — Da avaliação.

2 — Das declarações finais.

3 — Da colação e sua conferencia. Pratica formularia.

PONTO 34.º

1 — Do pagamento das dividas.

2 — Da reserva de bens, adjudicação e venda, para esse pagamento.

3 — Da liquidação ou calculo e sua impugnação. Selo de herança.

PONTO 35.º

1 — Da partilha: a) — judicial: deliberação e esboço.

2 — b) — amigavel: quando pode ocorrer; formalidades; c) — feita em vida.

3 — Efeitos da partilha. Formal de partilha.

PONTO 36.º

1 — Do Arrolamento: quando tem logar.

2 — Formalidades e seu curso.

3 — Pratica formularia.

PONTO 37.º

1 — Da apresentação e abertura de testamentos: cerrado e publico.

2 — Do testamento olografo ou particular.

3 — Do testamento militar e do maritimo

PONTO 38.º

1 — Da execução dos testamentos. Do testamenteiros.

2 — Do arbitramento da vintena.

3 — Da extinção do usufruto e do fideicomisso.

PONTO 39.º

1 — Da arrecadação dos bens de defuntos: noções gerais; Cautelas, quanto ao logar e a iniciativa da arrecadação; guarda e administração dos bens.

2 — Da habilitação dos herdeiros e da ação para o reconhecimento de seus direitos hereditarios.

3 — Herança jacente e o regimen do Decreto

-lei nº 1907, de 26 de dezembro de 1939.

PONTO 40.º

1 — Dos bens de ausentes; arrecadação: modo e forma de procede-la.

2 — Da sucessão provisoria: noções e fundamento legal. Processo e pratica formularia.

3 — Dos bens achados: noções gerais; arrecadação e processo.

PONTO 41º.

1 — Do processo do Registro Torrens: noções utilidade, inscrição e oposição.

2 — Dos processos relativos ao Registro Civil.

3 — Dos assentos fora de prazo; averbações, suprimentos, retificações e anulações.

PONTO 42º.

1 — Dos processos de tutela: noções gerais.

2 — Nomeação e exercicio de tutores: prefe-

rencias, tribuições e deveres.

3 — Da destituição dos tutores.

PONTO 43.º

1 — Da interdição dos incapazes: noções gerais, iniciativa e processo.

2 — Da nomeação e destituição dos curadores, seus deveres e responsabilidades.

3 — Do levantamento da interdição.

PONTO 44.º

1 — Da venda, arrendamento e hipoteca dos incapazes.

2 — Da especialização da hipoteca legal; noções gerais e fundamento legal.

3 — Da prestação de contas dos tutores e curadores.

PONTO 45.º

1 — Da Emancipação: noções gerais e fundamento legal.

2 — Casos em que pode ocorrer.

3 — Iniciativa do processo, rito e pratica formularia.

PONTO 46.°

1 — Do processo de incorporação de bens ao Patrimonio Nacional: noções gerais e fundamento legal.

1 — Do suprimento de consentimento: noções gerais e processo.

3 — Da subrogação de bens inalienaveis: noções gerais, fundamento legal e processo.

PONTO 47°.

1 — Do bem de familia: noções gerais; modo e forma de proceder a sua instituição.

2 — Da separação de dote e da venda de bens dotais: noções gerais e processo.

3 — Do resgate e abandono do aforamento e da alienação do dominio útil e do direito: noções gerais e processo.

PONTO 48.°

1 — Do casamento: habilitação prévia; opo-

sição de impedimentos; dispensa de proclamas; celebração.

2 — Do casamento in extremis: processo.

3 — Do desquite por mutuo consentimento: formalidades. Retratação e reconciliação.

PONTO 49.º

1 — Da liquidação de sociedades: noções gerais.

2 — Designação do Liquidante: atos que lhe incumbem; sua destituição.

3 — Partilha: processo e pratica formularia.

PONTO 50.º

1 — Das fundações: organização e instituição.

2 — Funcionamento e fiscalisação.

3 — Extinção.

V — DAS FALENCIAS

PONTO 51.º

1 — Da falência: conceito e fundamento; natureza processual.

2 — Unidade e universalidade da falência.

3 — Do processo para sua declaração e seus efeitos.

PONTO 52.º

1 — Do sindico: nomeação e atribuições; carater de sua função; destituição.

2 — Arrecadação dos bens.

3 — Verificação e classificação dos creditos. Impugnação. Habilitação dos credores retardatarios. Quadro Geral dos credores.

PONTO 53.º

1 — Assembléa de credores: constituição e poderes.

2 — Relatório do sindico. Eleição do liquidatario.

3 — Realização do ativo e liquidação do passivo.

PONTO 54.º

1 — Da concordata terminativa: quem a pode oferecer; oportunidades; garantias.

2 — Sua aceitação e recusa.

3 — Seu cumprimento e rehabilitação do falido .

PONTO 55º.

1 — Da concordata preventiva: fundamento legal e natureza; requisitos e garantias.

2 — Aceitação e homologação; recusa

3 — Efeitos. Processo e pratica formularia.

PONTO 56.º

1 — Dos Embargos a Concordata: oportunidade e matéria que neles pode ser arguida.

2 — Seu processo e julgamento.

3 — Rescisão da concordata: efeitos.

PONTO 57.º

1 — Dos processos incidentes na falência: Da reclamação reivindicatoria.

2 — Da ação revogatoria e da de revisão de creditos.

3 — Dos embargos de terceiro. Processo e pratica formularia.

VI — DA JUSTIÇA DO TRABALHO

PONTO 58.º

1 — Da Justiça do Trabalho: noções gerais, natureza e autonomia.

2 — Sua organisação, jurisdição e competência.

3 — As Juntas de Conciliação; os Conselhos Regionais; o Conselho Nacional do Trabalho.

PONTO 59.º

1 — Do processo judiciario do trabalho nos dissidios individuais: forma da reclamação, notificação.

2 — Da audiência de julgamento: provas, debates, conciliação e decisão.

PONTO 60.º

1 — Dos dissídios coletivos: instauração da instancia, conciliação e julgamento; da extensão das decisões.

2 — Dos recursos na justiça trabalhista.

3 — Da execução das sentenças trabalhistas.

3.ª CADEIRA

DIREITO JUDICIARIO PENAL

Prof. GENARO DE BARROS GUIMARÃES

I

1 — Processo Criminal.

2 — Suas relações com outras ciências.

3 — Divisão do processo criminal em relação à natureza dos delitos e á qualidade dos delinquentes.

II

4 — Principais formas históricas do processo criminal.

5 — Sistema acusatório.

6 — Sistema inquisitório.

7 — Sistema misto.

III

8 — Da ação penal.

9 — Da ação pública.

10 — Da ação privada.

11 — Da ação civil para reparação do dano causado pelo delito.

12 — Modos de iniciar o processo criminal.

13 — Da queixa.

14 — Da Denúncia.

15 — Do direito de representação.

IV

16 — Da instrução preparatória, sua utilidade e importância.

17 — Inquerito policial, autoridades a que incumbe e sua marcha.

V

18 — Identificação.

19 — Antropometria.

20 — Datiloscopia.

VI

21 — Da prisão.

22 — Detenção.

23 — Reclusão.

24 — Prisão simples.

25 — Da prisão preventiva, seus fins, fundamentos e condições.

26 — Da prisão em flagrante delito, suas condições.

27 — Auto de prisão em flagrante delito.

VII

28 — Da fiança.

29 — Seu histórico na antiguidade e na legislação portuguesa.

30 — Da fiança segundo a legislação pátria.

31 — Da fiança provisória.

32 — Da fiança definitiva.

33 — Quebramento e cassação da fiança.

34 — Termo de fiança.

VIII

35 — Da prova.

36 — Seu papel em matéria criminal.

37 — Diversas classificações de provas.

IX

38 — Da prova testemunhal.

39 — Sua antiguidade e seu valor.

40 — Classificação de testemunhas.

41 — Garantias e condições essenciais.

42 — Como devem ser inquiridas.

43 — Legislação prática sôbre a prova testemunhal.

44 — Segredo profissional.

45 — Acareação.

X

46 — Do corpo de delito; sua antiguidade.

47 — Do corpo de delito direto.

48 — Do corpo de delito indireto.

49 — Como devem agir as autoridades incumbidas de proceder ao corpo de delito.

50 — Dos peritos.

51 — Dos quesitos.

52 — Auto de corpo de delito.

XI

53 — Do interrogatório; seu histórico.

54 — Teorias a respeito do interrogatório; sistema preferivel.

55 — Legislação Pátria sôbre o interrogatório.

56 — Da Confissão; sua importância.

57 — Condições essenciais à confissão como meio de prova.

58 — A confissão tácita é admissivel em matéria criminal?

XII

59 — Das investigações psiquiátricas.

60 — Da instituição do juri.

61 — Importância social do juri.

62 — Formação do tribunal do juri; solenidades essenciais.

63 — Comparecimento das partes e das testemunhas.

64 — Dos jurados; direitos, deveres e responsabilidades.

65 — Dos debates perante o tribunal do juri; acusação, defesa; réplica e tréplica.

66 — Dos incidentes.

67 — Dos quesitos e da sentença.

XIII

68 — Dos recursos criminais e sua necessidade.

69 — Recursos necessários e voluntários.

70 — Dos recursos admitidos na primeira fase do processo criminal.

71 — Da apelação no antigo direito português e na legislação pátria.

72 — Casos em que tem lugar, para quem é interposta e seu processo.

73 — Do protesto por novo julgamento.

74 — Vantagem ou inconveniência dêste recurso; legislação pátria a respeito.

75 — Dos embargos ao acordão.

76 — Da revisão.

77 — Êrro absoluto e êrro relativo; revisão *pro reo* e *pro societate*.

78 — Do recurso extraordinário.

XIV

79 — Do *habeas-corpus*, sua história, seus fins sua vantagens.

80 — Interposição do *habeas-corpus*, seu processo e julgamento.

XV

81 — Da extinção da ação penal e da condenação.

82 — Da prescrição.

XVI

83 — Da suspensão condicional da pena.

84 — Do livramento condicional.

XVII

85 — Da execução das medidas de segurança

XVIII

86 — Das nulidades.

XIX

87 — Das execusões criminais.

XX

88 — Do processo e do julgamento dos crimes da competência do juiz singular.

XXI

89 — Do processo e do julgamento dos crimes da competência do juri.

XXII

90 — Do processo e do julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos.

XXIII

91 — Contravenções. Estudo e comentário do dec. lei n. 3.680 de 3 de Outubro de 1941.

XXIV

92 — Da advocacia criminal.

93 — Exercícios práticos, escritos e orais.

4ª. CADEIRA

DIREITO ADMINISTRATIVO

Prof. LUIZ DELGADO

PRIMEIRA PARTE

1 — Administração e política. Os fins do Estado e a prática administrativa.

2 — Noção de Direito Administrativo.

3 — O Direito Administrativo entre as ciências jurídicas.

4 — História do Direito Administrativo.

5 — O Direito Administrativo brasileiro.

6 — Fontes do Direito Administrativo.

7 — Codificação do Direito Administrativo.

II

8 — Problemas gerais do Direito Administrativo.

III

9 — As pessôas jurídicas do Direito Administrativo: a) o Estado.

10 — b) os municípios;

11 — c) as autarquias.

12 — O Estado e seus órgãos administrativos.

13 — Órgãos ativos, consultivos e fiscais.

14 — Competência dos órgãos administrativos segundo o território.

15 — Competência dos órgãos administrativos segundo a função.

16 — Competência dos órgãos administrativos segundo o gráu.

17 — Centralização e descentralização.

18 — Os agentes dos órgãos administrativos. A função pública.

19 — Funcionários civis e militares.

20 — Extranumerários.

21 — Funcionários especiais.

22 — Direito dos funcionários.

23 — Deveres dos funcionários. Responsabilidade.

24 — Utilidade pública.

IV

25 — A relação jurídica no Direito Administrativo.

26 — As faculdades da administração.

27 — O poder de polícia.

28 — O serviço público.

29 — Os direitos dos administrados.

30 — Origem da relação jurídica. Os atos jurídicos no Direito Administrativo.

31 — Os atos administrativos.

32 — Os atos certificativos.

33 — Contratos administrativos.

34 — Concessão de serviços públicos.

V

35 — Objeto das relações jurídicas: a) os bens;

36 — b) as prestações.

37 — Fornecimentos e concorrências.

38 — Requisição e desapropriação.

VI

39 — Responsabilidade da administração pública.

40 — Tribunais administrativos especiais.

41 — Controle judiciário da atividade administrativa.

SEGUNDA PARTE

42 — Administração e finanças. Administração fazendária e financeira.

43 — Fiscalização orçamentaria. Tribunais de contas.

44 Relações exteriores.

45 — Defesa nacional.

46 — Administração da justiça.

47 — Polícia da ordem pública.

48 — Regulamentação administrativa das manifestações do pensamento.

49 — Regulamentação administrativa dos direitos de associação e reunião.

50 — A administração e o conhecimento da realidade social. Estatística.

51 — A administração e os problemas demográficos. Nacionais e estrangeiras.

52 — Emigração e Imigração.

53 — A administração e os problemas sanitários e higiênicas.

54 — A administração e os problemas de assistência social.

55 — A administração e os problemas culturais.

56 — A administração e os problemas econômicos. A produção de riquezas. a) Agricultura.

57 — b) Mineração.

58 — c) Indústrias básicas.

59 — A administração e os problemas econômicos. A circulação das riquezas: a) transportes;

60 — b) comércio interno e externo:

61 — c) crédito.

62 — Regulamentação do trabalho para fins justiça social e de assistência.

63 — Obras públicas.

64 — A administração do esfôrço de guerra

65 — Regulamentações administrativas municipais.

5.ª CADEIRA

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

Prof. SÉRGIO LORETO FILHO

§ 1.º — Introdução

I

1 — A disciplina do Direito Internacional Privado. Abrange conhecimentos fenomênicos, científicos, propriamente ditos, e técnicos. Sua importância.

2 — Seu estudo no Brasil. — Histórico.

3 — Bibliografia brasileira: PIMENTA BUENO, CLOVIS BEVILAQUA, RODRIGO OCTA-

VIO, GOMES DE CASTRO, EDUARDO ESPÍNOLA, HAROLDO VALADÃO, PONTES DE MIRANDA, TITO FULGÊNCIO, OSCAR TENÓRIO.

4 — O fenômeno de Direito Internacional Privado através da História. A Sociedade Internacional e sua regulamentação jurídica.

II

5 — Influência que sôbre o Direito Internacional Privado têm tido as tendências humanitarista e nacionalista do instínto social humano. Ações e reações recíprocas dessas duas tendências através da História. — O exclusivismo primitivo dos Romanos e o humanitarismo dos últimos tempos de sua história.

6 — O predomínio da tendência nacionalista, representada pelo personalismo dos Germanos e pelo territorialismo fragmentado da Época Feudal. A reação do humanitarismo manifesta-se através da grande criação dos Post-glosadores — a *"Teoria dos Estatutos"* — a qual constitue a primeira elaboração conciente de normas do Direito Internacional Privado. Nêsse

momento o homem se apercebe do fenômeno e se inicia na técnica de o disciplinar. O aprimoramento e a sistematização daquelas normas passa, então, a constituir crescente preocupação humana, assumindo, ora, a feição de tarefa individual; ora, a feição de tarefa coletiva, tanto particular como oficial.

III

7 — A legislação e a codificação do Direito Internacional Privado. Codificar e uniformizar. A uniformização internacional dos direitos privados internos. Uniformização do Direito Comercial; Congresso de Antuérpia (1885) e Bruxelas (1888); o "COMITÉ MARITIME INTERNATIONAL;" convenções de Bruxelas de 1910, uma, sôbre o abalroamento e, outra, sôbre a assistência e salvação marítimas; conferências internacionais de Direito Marítimo, de Bruxelas, de 1924 e 1926, nas quais foram firmadas, respectivamente, as convenções de 25 de agosto de 1924, sôbre a responsabilidade dos proprietários de navios, e de 10 de abril de 1926, sôbre privilégios e hipotécas marítimas, ambas ratificadas pelo Brasil. (Vejam-se às págs. 24.570 e 23.546 do *Diário Ofi-*

cial, outubro e novembro de 1935). O Congresso Internacional de Direito Marítimo de 1892, em Gênova.

8 — *A tarefa codificadora do Direito Internacional Privado* — Possibilidades da codificação; obstáculos. Suas modalidades: individual e coletiva, de iniciativa particular e de iniciativa oficial;

A) O *Labor individual:*

Ferrater, Barcelona, 1846; Augusto Paroldo, Turim, 1851; Alfonso Domin Petruschavecz, Leipzig, 1861; Bluntschli, Heidelberg, 1868; David Dudleyfield, New York, 1873; Olivares Biec, Madrid, 1879; Gonçalo Ramirez, Buenos Aires, 1888; Pascoale Fiore Itália, 1890; Internoscia, New York, 1910; Lafayette Rodrigues Pereira, Rio, 1911; A. S. de Bustamante, Havana 1925.

9 — B) O *labor coletivo* — Associações mundialmente notáveis:
a) — "A Associação Internacional para o Progresso das Ciências Sociais" *(International Association for the Promotion of Social Science, Birmingham*, 1857).
b) — Associação Internacional para a

Reforma e Codificação do Direito das Gentes *(International Association for the Reform and Codification of the Laws of Nations)*, fundada em 1873; primeira reunião em Bruxelas, 1873; denominada a partir de 1895 — *International Law Association)*;

c) — O "Instituto de Direito Internacional", fundada em 1873, realizou a sua primeira reunião em Gand, nêsse mesmo ano;

d) — O Instituto Americano de Direito Internacional, instalado em Washington em janeiro de 1916.

IV

10 — A codificação oficial. Iniciativas Italianas. MANCINI.

11 — Iniciativas oficiais holandezas. ASSER. As conferências de Haia (1893, 1894, 1900, 1904, 1925, 1928), e seus resultados.

Resultado das Conferências de Haia:

I — Convenção relativa ao Processo Civil, assinada aos 17 de julho de 1905; substituiu a de 25 de maio de 1889.

II — Convenção para regular os conflitos de leis em matérias de casamento,

assinada em Haia, aos 12 de junho de 1902.

III — Convenção para regular os conflitos de leis e de jurisdições em matéria de divórcio e de separação de corpos, assinada aos 12 de junho de 1902.

IV — Convenção para regular a tutela dos menores, assinada em Haia aos 12 de junho de -902.

V — Convenção de 17 de julho de 1905, para regular os conflitos de leis relativos aos efeitos do casamento sôbre os direitos e os deveres dos cônjuges em suas relações pessoais e patrimoniais.

VI — Convenção de 17 de julho de 1905 sôbre a interdição e medidas de proteção análogas.

VII — Convenção de 17 de julho de 1905 sôbre conflitos de leis em matéria de sucessões e testamentos.

12 — c) — A contribuição americana.

I — *Congresso de Lima* (1877-1878).

II — *Congresso de Montevidéo* (1888-1889).

III — As Conferências Panamericanas.

A) — Primeira Conferência Panamerica-

na — Washington, (1889-1890). Criação da "União Internacional das Repúblicas Americanas".

B) — Segunda Conferência Panamericana — (México, 1901-1902). Ao delegado do Brasil, dr. José Higino Duarte Pereira, coube a primazia do movimento codificador do direito internacional, no seio das Conferências Panamericanas.

C) — Terceira Conferência Panamericana — (Rio de Janeiro, 1906). — Criação da *Comissão de Jurisconsultos*

D) — Quarta Conferência Panamericana — (Buenos Aires, 1910). No intervalo da da 4ª para a 5ª Conferência, em 1912, na cidade do Rio de Janeiro, a "Comissão Internacional de Jurisconsultos Americanos", realizou a sua primeira reunião.

E) — Quinta Conferência Panamericana — (Santiago, 1923). — A "Comissão Internacional de Jurisconsultos Americanos em 1927, Rio de Janeiro, realizou a sua segunda e última reunião.

F) — Sexta Conferência Panamericana — (Havana, 16 de janeiro a 20 de fevereiro de 1928). Aprovação do Código de Direito Internacional Privado *(Código Bustamante)*

G) — Sétima Conferência Panamericana

— (Montevidéo, 1933).

H) — Oitava Conferência Panamericana — (Lima, 1938).

— Ligeiro exame da Convenção de Havana, de 17 de fevereiro de 1928, que pôz em vigor o *Código Bustamante:* Direito de reserva quanto à aceitação de um ou vários artigos do Código. Entrada em vigor. Ratificação. É uma Convenção aberta: forma da adesão por parte de outros Estados ou pessôas jurídicas internacionais. Reforma e denúncia.

O Congresso do Brasil aprovou a Convenção Panamericana de Direito Internacional Privado, de Havana, de 17 de fevereiro de 1928, pelo decreto nº 5.647, de 7 de janeiro de 1928, publicado em o *"Diário Oficial"* de 22 de outubro do mesmo ano.

——)0(——

§ 2º. — *Assuntos Gerais*

V

13 — As várias denominações dadas à disciplina.

14 — Definições do Direito Internacional Privado. Seu verdadeiro conceito.

15 — Sua posição no seio da Enciclopédia Jurídica. PILLET e JITTA. Relações com os outros ramos jurídicos.

VI

16 — Determinação do fundamento do Direito Internacional Privado.
a) — Os post-glosadores e os estatutários franceses do 16° século.

17 — b) — Os holandeses e os anglo-americanos. A *Comitas gentium* ou cortezia das soberanias.

18 — c) — A idéia de justiça; a comunidade jurídica das nações (SAVIGNY); a comunidade jurídica universal do gênero humano (JITTA, *La Méthode du Droit International Privé*, pag. 58).
O verdeiro fundamento: A solidariedade universal dos homens, entendido tal fáto como uma das manifestações do instinto social do homem, fenômeno imanente à sua própria natureza.

VII

19 — Objeto do Direito Internacional Privado: seu conteúdo. O critério clássico: solver

os conflitos de leis.

20 — O tríplice conteúdo do mesmo objeto. Exame do estado atual da questão: PILET, CLOVIS, MACHADO VILELA.

21 — Caractéres específicos do problema dos direitos dos estrangeiros e do problema do respeito aos direitos adquiridos no estrangeiro.

VIII

22 — Fontes do Direito Internacional Privado: Costumes, tratados e leis internas.

23 — Carater das regras do Direito Internacional Privado destinadas a solução dos conflitos legislativos. "Teoria da recepção" de MARINONI e "teoria da competência legislativa" de GHIRARDINI e MACHADO VILELA.

24 — Aplicação das normas do Direito Internacional Privado.

IX

25 — O estudo da nacionalidade. Nacionalidade originária e nacionalidade adquiri-

da. *(jus sanguinis e jus soli)* Naturalização. Direitos dos naturalizados. Perda e readquisição de nacionalidade das pessôas coletivas.

26 — Conflitos de lei em matéria de nacionalidade. Dupla nacionalidade e ausência de nacionalidade.

27 — Regras do *Código Bustamente* em matéria de nacionalidade e naturalização: A determinação da nacionalidade de origem (art. 9). Conflitos em matéria de nacionalidade de origem (art. 10). — A *lex fori* como subsidiária (art. 11). — adquisição individual da nacionalidade (art. 12). Naturalização tácita e coletiva (art. 13). Perda da nacionalidade (art. 14). Readquisição da nacionalidade (art. 15). — Convenção sôbre a nacionalidade, assinada em Haia aos 12 de abril de 1930 e retificada pelo Govêrno Brasileiro pelo Decreto nº 21. 798, de 6 de setembro de 1932 — *Diário Oficial* de 17 de março de 1933.

— Convenção sôbre nacionalidade, firmada em Montevidéo, a 26 de dezembro de 1933, por ocasião da VIII Conferência Panamericana, ratificada pelo Gov. Brasileiro por Dec. nº 2.572, de 18 de

abril de 1938. (V. *Diário Oficial*, pag. 8.063, abril de 1938).
— Nacionalidade das pessôas coletivas: Disposições do Código Bustamante (arts. 16 a 21).

X

28 — *Da nacionalidade brasileira.* — Quem é brasileiro. — Exame dos princípios consignados nas várias constituições brasileiras de 1891 (art. 69), de 1934 (art. 106), de 1937 (art. 115), e no Decreto-lei nº 389, de 25 de abril de 1938, pub. no Diário Oficial de 29 de abril, pag. 8.092). — Brasileiros de origem nascidos fóra do Brasil. (Decreto-lei nº 389, citado, art. 7º). — A adquisição da nacionalidade brasileira pela naturalização. (Decreto-lei nº. 389, citado, arts. 6º e seguintes). Processo de naturalização. — Direito dos estrangeiros naturalizados.

29 — Perda da nacionalidade brasileira: Constituições de 1891 (art. 71, § 2º); de 1934, (art. 107) e de 1937 (art. 116); Decreto-lei nº 389, citado (art. 2º). A mulher brasileira que se casa com um estrangeiro perde a sua nacionalidade?

30 — A nacionalidade das pessôas coletivas

no Direito Brasileiro.

§ 3º. — *Da Condição dos Estrangeiros*

XI

31 — *Primeiro grande problema do Direito Internacional Privado:* — o do reconhecimento da personalidade jurídica dos estrangeiros.
— História da condição dos estrangeiros — Entre os povos da Antiguidade Oriental: Hindús, Egípcios, Hebreus e Chineses. Entre os povos da Antiguidade Européia: Gregos, Romanos e Germanos.

32 — A condição dos estrangeiros na Idade Média. — Os Francos. — Como o personalismo do direito bárbaro se transformou no rigoroso territorialismo feudal. — O direito de *albinágio; a cavagem; o droit de formariage*
Modificação da condição dos estrangeiros na França após a vitória da realeza. Direitos políticos e direitos privados. (O *Jus detractus, droit de detraction)*

33 — A condição dos estrangeiros nos tempos modernos. O movimento filosófico do século XVIII; a Revolução Francesa. —

Os decretos de 6 de agosto de 1790 e de 8 de abril de 1791, revogando o *droit D,AUBAINE* e o *droit de detraction* — A influência da Revolução Francesa entre os outros povos.

XII

34 — Objetivação do princípio do reconhecimento da personalidade jurídica dos estrangeiros na atualidade.

35 — Direitos geralmente concedidos aos estrangeiros: direitos públicos não políticos e direitos privados.
Que se entende por Direito Internacional Operário?

36 — Tratado de Havana, de 1928, sôbre a condição jurídica dos estrangeiros.
Disposições do *Código Bustamante*:
Direitos civis (art. 1.º); restrições de ordem pública; as garantias individuais e a exceção dos direitos políticos (art. 2.º) — O decreto do Govêrno Brasileiro, n. 5.647, de 8 de janeiro de 1929, aprovou a Convenção de Havana de 18 de fevereiro de 1928, publicada pelo Decreto nº. 18.956, de 22 de outubro de 1929, sôbre a condição jurídica dos estrangeiros.

XIII

37 — Condição jurídica dos estrangeiros no Brasil. A tradição liberal do nosso direito.

38 — Ao tempo do Império.

39 — Sob o regimen republicano: A constituição de 1891. A Constituição de 1934; as garantias individuais (art. 113); direito à educação (art. 149). A Constituição de 10 de Novembro de 1937; direitos e garantias individuais (art. 122).
a) — Os direitos privados (Código Civil de 1916, (art. 3).
b) — A navegação de cabotagem. Constituição de 1891 (art. 13, § único); Constituição de 1934 (art. 5º, XIX, letra e): Constituição de 1937, (art. 16, nº XII).
c) — As pessôas jurídicas de direito público e as do direito privado; reconhecimento e capacidade.
Código Civil, arts. 19, 20 e 21, da Introdução de 1916 e art. 11 da Lei de Introdução, de 4 de setembro de 1942, publicada no *Diário Oficial* de 9 de setembro de 1942, pag. 13.635).
d) — Os cargos públicos, civis, ou militares. (Const. de 1934, art. 168).

e) — Entrada de estrangeiros no território nacional (Decreto-lei nº 406, de 4 de maio de 1938, modificado pelo Decreto-lei nº 639, de 20 de agosto de 1938 e regulamentado pelo decreto nº 3.010 de 20 de agosto de 1938 (êste último publicado no *Diário Oficial* de 22 de agosto do mesmo ano, pág. 16. 792).

f) — A expulsão de estrangeiros, (Const. de 1934, art. 113, nº 15; Const. de 37, art. 122, nº 3; lei nº 4.247, de 5 de janeiro de 1921; Decreto nº 24.215, de 9 de maio de 1934; Decretos-leis ns. 392, de 24 de abril de 1938, e 479, de 8 de junho de 1938 (êste último publicado no *Diário Oficial* de 11 de junho de 1938, pag. 11.680). (1).

g) — Caução suficiente ás custas judiciárias (art. 18 de Introdução ao Código Civil de 1916).

---

(1) — Sôbre Extradição veja-se o Decreto-lei nº 304, de 28 de abril de 1938 (*Diário Oficial*, pag. 8.169).

XIV

§ 4º. Dos Conflitos de Leis

40 — *Segundo grande problema do Direito Internacional Privado:* o da solução dos conflitos de leis no espaço. Como resolvê-lo?
— Conflito entre leis de um mesmo país
— Conflito de leis no tempo e conflito de leis no espaço.

41 — Elementos de conexão das relações jurídicas com as legislações dos vários Estados.

42 — Sistemas de soluções. Territorialismo e personalismo das leis. Necessidade de promover a coordenação das diversas legislações, as quais devem ser consideradas como legítimas, eficázes e aplicáveis.

XV

43 — Evolução histórica dos sistemas de solução dos conflitos de leis. A *"Teoria dos Estatutos"* e suas quatro fases ou escolas:

I — A *Escola Estatutária Italiana* — On-

de se originou; causas do seu aparecimento; duração de sua aplicação. A obra de seus doutrinadores principais; *Bártolo* e *Dumoulin*

II — A Escola Francesa do século 16. — A Doutrina de *D'Argentré*. A personalidade dos estatutos é excepcional e se apoia em uma idéia de justiça. — Os Estatutos mixtos de *D'Argentré*.

44 — III— A *Escola Holandesa* — Quando e por que surgiu. Seus elaboradores: *Borgúndio, Paulo* e *João Voécio*. A personalidade dos estatutos decorre da *comitas gentium* — Os estatutos mixtos de *Paulo Voécio:* os estatutos dos atos.
IV — *A Escola Francesa do século 18* Quando apareceu. Suas idéias principais.
— Escola de transição. — Seus principais representantes: *Boullenois, Froland* e *Bouhier* — Crítica geral da *"Teoria dos Estatutos"*.

45 — A *Teoria Neo-Estatutária de Vareilles Sommières*
A doutrina Anglo-Americana. — É profundamente impregnada das idéias estatutárias. — Em que consiste. — Seu

princípio básico: a territorialidade das leis temperada pela *comitas gentium* quanto ao estudo e à capacidade das pessôas.
— Como se originou esta Escola. Crítica.

XVI

46 — Escolas científicas para a solução dos conflitos de leis. Suas idéias fundamentais.
— O princípio da comunidade do direito e seus limites. — Razão da aplicação das leis estrangeiras.

47 — Teorias alemãs de WAECHTER e de SCHAEFFNER. Doutrina de SAVIGNY: princípios informadores e solução. Sua grande influência.
— Doutrina de MANCINI: seus princípios, soluções e influência.

48 — Doutrina de PILLET: pontos característicos e influência. — Doutrina de MACHADO VILELA: normas orientadoras. A natureza das relações jurídicas e o fim social das leis como processo de determinação da lei normalmente competente. Classificação quádrupla das leis.

— Doutrina de BUSTAMANTE: Leis de ordem pública interna e leis de ordem privada.

XVII

49 — Exame perfunctório das principais regras de Direito Internacional Privado consignadas nas diversas fontes:
I — *No costume internacional:*.

50 — II — *No direito interno:*
a) Código civil da Prússia, de 1794;
b) Código civil francês, de 1804;
c) — Código civil italiano, de 1865;
d) Código civil argentino, de 1871;
e) — Código civil alemão, de 1896;
e) Direito brasileiro: Introdução ao Código civil de 1916 e Decreto-lei n.º 4.657, de 4 de setembro de 1942.

51 — *Nos tratados internacionais:*
a) Tratado de Lima (1877-1878);
b) Tratados de Montevidéo (1888-1889).
c) Conferências de Haia, de Dir. Int. Privado: (1889, 1902, 1905);
d) *Código Bustamante*

XVIII

52 — Das leis cuja competência decorre da

nacionalidade ou do domicílio da pessôa *(leis ou estatutos pessoais)* — Qual deve ser o elemento determinador da lei pessoal — a *nacionalidade* ou o *domicílio*?

53 — Esfera de aplicação das leis pessoais: estudo e capacidade das pessôas, direitos de família, direitos de sucessão e doações.

54 — Dos conflitos de leis pessoais e de sua solução.

XIX

55 — DAS LEIS PESSOAIS NO DIREITO BRASILEIRO. — O decreto-lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, artigos 7º. e 10º. Decreto-lei nº 5.187, de 13 de janeiro de 1943.

56 — Esfera de aplicação das leis pessoais no regimen da lei brasileira: regras sôbre o comêço e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família e sôbre a sucessão por morte ou por ausência.

A lei pessoal será a lei do domicílio, salvo quanto ao Divórcio de brasileiros os quais, no assunto, continuarão sujeitos à lei brasileira.

57 — Das leis pessoais no CÓDIGO BUSTAMANTE *(Leis de ordem pública interna).*

XX

58 — Das leis cuja competência decorre do lugar onde está situada a coisa ou onde se realiza o fato jurídico (leis ou estatutos reais).

59 — Esfera de aplicação dessas leis de competência localizada: a propriedade imóvel; a forma externa dos atos; os direitos de crédito; a responsabilidade pelos fatos ilícitos; a competência e a forma do processo; a falência.

60 — Das leis de competência localizada no direito brasileiro e no *"Código Bustamante" Leis de ordem pública internacional)*
— Esfera de aplicação de tais leis em ambos os sistemas jurídicos.

XXI

61 — Das leis cuja competência decorre da manifestação da vontade das partes *(leis voluntárias)*

62 — O princípio da autonomia da vontade e sua evolução. DUMOULIN. Seu campo de aplicação: contratos e atos unilaterais, regimen de bens no casamento, testamentos e doações.

63 — Das leis de competência voluntária no direito brasileiro e no *"Código Bustamante" (Leis de ordem privada)*

XXII

64 — Questões complementares: I — Dos conflitos de qualificação. BARTIN.

65 — Conflitos entre regras fixadoras de competência legislativa internacional. Conflitos positivos e conflitos negativos. Solução dos conflitos negativos com a adoção da *"Teoria da referência à lei estrangeira de direito interno"* e da *"Teoria do Retorno"* ou da *"devolução"*. Qual a preferível?

66 — Conflitos no tempo entre regras de conflitos legislativos no espaço. — *A fraude* em Direito Internacional Privado. — Conflitos de Jurisdições.

XXIII

67 — O princípio da ordem pública internacional.

68 — A questão da ordem pública internacional no direito brasileiro. Decreto-lei nº. 4.657, de 4 de setembro de 1942, art. 17.

69 — Como o *"Código Bustamante"* conceitua as leis de ordem pública internacional.

§ 5º. *Do respeito internacional aos Direitos Adquiridos*

XXIV

70 — TERCEIRO GRANDE PROBLEMA DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO: — o do reconhecimento internacional dos direitos adquiridos.

71 — Orientação geral do direito brasileiro. Limites e condições.

72 — Disposições do *Código Bustamante*". (Art. 8º.)

XXV

73 — Do reconhecimento dos direitos assegu-

rados em sentenças de tribunais estrangeiros. — Execução das sentenças.

74 — Sistemas doutrinários e legislativos quanto à execução das sentenças estrangeiras.

75 — A execução das sentenças estrageiras no Brasil (Artigos 15 da Lei Introdução ao Cód. Civil, e 785 a 789 do Código do Processo Civil, baixado, pelo Decreto-lei n.º 1.608, de 18 de setembro de 1939).

F. D. R.
378.81
2297 p.

8/85